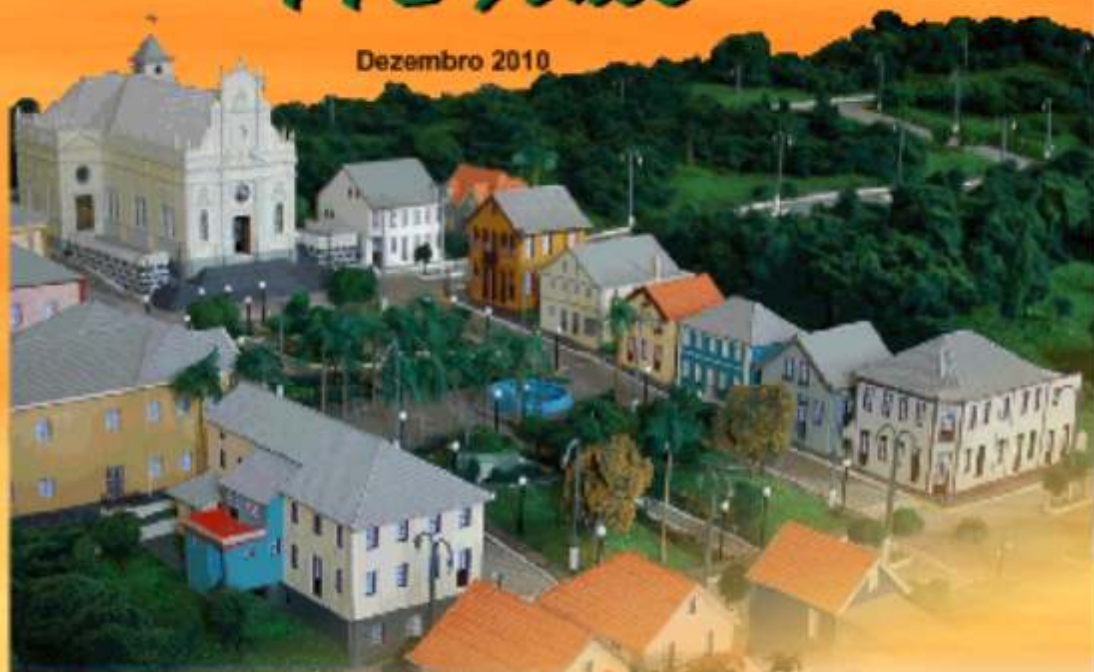


Antônio Prado

112 Anos

Dezembro 2010



Deputado Estadual
Francisco Appio

ÍNDICE

Introdução	2
Antônio Prado	3
Capela Santana	5
Paulista Antônio Prado	8
Proverbi Taliani Veneti	12
Frei Rovílio Costa	15
RS437 na integração regional	17
Centenário da Casa da Neni	18
Veroneses no Brasil	22
Maquete Centro Histórico	24
Casa Grezzana	25
Jovens na Vida Pública	31
O Jesuíta Mário Bocchese	33
Rádio Solaris	35
Escudo do Javali	38
Javali não se caça com gatos	39
Produtores fazem apelo ao IBAMA	41
Javalis são transmissores de doenças	44
O javali asselvajado na pequena propriedade	45
Não há impedimento à caça do javali	46
Nem sempre o insucesso é derrota	50
Parlamentar por 20 anos	51
Ações Legislativas e Projetos de Lei	55
Publicações	56

INTRODUÇÃO

No limiar de uma nova década, Antônio Prado inicia as comemorações dos 112 anos de emancipação (11/02/2011) com o desafio de consolidar sua política de Turismo, pelo extraordinário acervo da cultura italiana (arquitetura, gastronomia e música).

Ao final de vinte anos, como parlamentar desta região, legitimado pelo título de Cidadão Pradense que nos foi outorgado, resgatamos nesta publicação eventos importantes, como a inauguração da Casa Grezzana, o centenário da Casa da Neni, o extraordinário trabalho de pesquisa de Fernando Roveda, as lembranças humanitárias do Dr. Mário Bocchese, enriquecidas pela união da comunidade pradense, na busca de novos desafios.

A Maquete do Centro Histórico finalmente conquista um espaço adequado e seguro para sua exibição permanente. Uma obra de grande valor para a preservação da cultura pradense. A vida e a história dos pradenses passou por ali nos últimos 112 anos, que registramos da tribuna da Assembleia Legislativa.

Foram emblemáticas as conquistas de obras de infraestrutura como a Ponte Valdomiro Bocchese (Lei 12.859/2007), o asfalto da saída norte RS122 Rodovia Synval Guazzelli (Lei 101.889/2003), mas será de fundamental importância a ligação com Vila Flores, pela RS437, futura Rodovia Rovílio Costa, projeto de lei número 176/2010, de nossa iniciativa.

A presença da nova geração, pelos estudantes/vereadores legitimados pela Resolução Municipal nº 032/2009, levou a delegação à Assembleia Legislativa, liderados pelo poder Poder Legislativo Municipal. Lembrei aos que me visitaram das minhas raízes com Antônio Prado, onde aprendi a defender os caminhoneiros na década de 80.

Na segunda parte desta publicação, um tema polêmico que gera angústia e insegurança na área rural. Com a revogação da Instrução Normativa 71 do Ibama, que permitia o abate para o controle, "a praga do javali" se multiplica na serra gaúcha. A organização dos produtores rurais na AGAJA - ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE CONTROLE DO JAVALI ASSELVAJADO - tem resgatado a defesa do setor, pela preocupação com a segurança nas áreas rurais.

Esta é a nossa 56ª publicação deste mandato parlamentar que abordou a história de Antônio Prado. Houveram outras, veja em www.appio.com.br

Foi uma honra tê-los representado no Parlamento Gaúcho e na Câmara Federal. Antônio Prado perdeu um deputado, mas não perdeu o representante e defensor dedicado desta terra e de sua gente.

Saudações FRANCISCO APPIO 54.810.11222

ANTÔNIO PRADO

1865 – ITÁLIA UNIFICADA por Garibaldi e pelo filho Menotti, gaúcho nascido em Mostardas, impôs novo sistema de produção industrial, mas não conseguiu absorver a mão-de-obra da velha economia agrária.

A INDÚSTRIA consolidada viu o capitalismo triunfar na Europa e forçar a migração da mão-de-obra excedente para o Brasil, EUA e Argentina. O BRASIL atraiu imigrantes em massa, desde 1819 com os suíços em Nova Friburgo no Rio e os alemães na Colônia São Leopoldo (1824), depois da proibição do recrutamento de mão-de-obra da África, pela Inglaterra (1850).

1875 – COLÔNIAS foram criadas pelo Império, especialmente na Província de São Pedro, com imigrantes italianos: Conde d'EU (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves). Logo depois criou a Terceira Colônia, chamada Fundos de Nova Palmira, mais tarde Campo dos Bugres e finalmente Colônia Caxias. A quarta Colônia foi criada em 1877, chamada Silveira Martins, na Serra de São Martinho, próxima a Santa Maria.

1880 – POLONESES, russos e suecos chegaram antes à região, procedentes de Bento Gonçalves pelo caminho da estrada Júlio de Castilhos. Abriram a estrada Ernesto Alves (Santana), para migrar para o Alto Uruguai, após a chegada dos imigrantes italianos.

1880 - PASSO DO SIMÃO – O paulista SIMÃO DAVID DE OLIVEIRA estabeleceu-se na foz do rio Leão e do Arroio Tigre e abriu uma picada mais tarde até Dois de Julho. Simão morreu assassinado, alguns anos mais tarde, mas onde se fixou a Comissão de Medição de Lotes, mandou construir um Galpão de Madeira de 20x6, que acolheu os primeiros imigrantes.

1880 - A ESTRADA do Passo do Simão, alargada pelo prefeito Camilo Marcantônio, hoje prejudicada em parte pelas águas da PCH Castro Alves, prosseguiu pela cordilheira entre os rios Inferno e Leão, até a Linha Silva Tavares. Na seca de 1889, muitos colonos foram contratados para abrir a estrada do Simão, quebrando e carregando pedras, abrindo as picadas para Dois de Julho, Trajano, Blesmann e Barata Góis.

1885 – ANTÔNIO PRADO era o destino de mais de duas mil famílias. Fidélis Dalcin Barbosa em “Antônio Prado e sua história” e Luis Alberto Deboni em “Antônio Prado, Cidade Histórica” (1989), registraram que um dos primeiros documentos relativos à criação do núcleo colonial data de 29 de abril de 1885.

1886 – O ENGENHEIRO Manuel Barata Góis enviou a Porto Alegre o Orçamento da medição das terras da nova colônia, para custear as despesas de um engenheiro-chefe, um engenheiro ajudante, três agrimensores, um escrivão, um médico, um capelão e um encarregado de estabelecer os imigrantes e do recenseamento.

Esse documento, resgatado pelo historiador João Spadari Adami, reconhece a fundação da Colônia, à margem direita do rio das Antas, em 14/05/1886.

(No documento, Barata Góis recomenda que a Colônia seja chamada de Antônio Prado, paulista que, como Ministro do Governo, estimulou a vinda de imigrantes italianos.)

1886 – A MUDANÇA (bagagens e pessoas) foi custeada pelo Governo, que contratou Dallagiovanni Agostino (1886), um ano depois João Luciano (João gringo) (1890) e Antonio Fernandes de Lima (1891). O Governo custeou as despesas com a abertura da estrada Caxias/Passo do Simão, passando pelas Léguas IX, X, XVI e Linha Acioli e construiu a primeira balsa (17/12/1887) administrada por Manuel João Maria, com três canoas, 7 barotes e pranchões.

1887 – CAMILO MARCANTÔNIO foi contratado para a construção do Barracão de Demarcação no Passo do Simão. Posteriormente, Nicola Luigi Amoretti e Stéfano Alberti foram contratados para a construção do barracão da sede da Colônia. Imediatamente foram construídos barracões nas Linhas.

1887 – DEMARCADAS e denominadas as 18 linhas: BARATA GÓIS, junto ao rio das Antas; GUSTAVO WASA, CASTRO ALVES, FAGUNDES VARELA, CARLOS LEOPOLDO (sede atual de Nova Roma), PARANAGUÁ, BLESSMANN (Nova Treviso), TRAJANO DE MEDEIROS, DOIS DE JULHO, ALMEIDA, DEZ DE JULHO e SILVA TAVARES, lado leste. Lado oeste da Colônia, na divisa com Vacaria, as linhas MENDES, GUERRA, LINHA CÂNDIDA, MIMOSA, 21 DE ABRIL e AMARILDO.

A maioria das Linhas conserva o mesmo nome da época da demarcação (1887), dividida em 1.291 lotes, dos quais 128 não foram ocupados nos primórdios do povoamento, em 1889. Cada lote media 275 m por 100, ou 302.500 m².

SEDE DA COLÔNIA – Em 1890, foi anexada a Vacaria, mas o rápido crescimento provocou a emancipação pelo Governador Borges de Medeiros, em 11/2/1899. O padre Alexandre Pellegrini, de Nova Trento (Flores da Cunha), foi chamado como Capelão da Nova Colônia. Rezou a primeira missa no local de Nova Treviso, escolhida para sede do Distrito. A rivalidade entre as Linhas Blessmann e Castro Alves levou o padre a se instalar entre uma e outra, exatamente na Linha Leopoldo (sede de Nova Roma).

(Essa escolha do Padre Pellegrini definiu a sede do 5º distrito de Vacaria com 340km², de mata intocável, com a presença indígena caingangue, em trânsito. Nova Roma, durante a II Guerra, foi denominada Guaicurus e Guararape).

CAPELA SANTANA – Foi fundada por poloneses católicos em 1880, juntamente com a Capela de Castro Alves. A imagem, trazida da Polônia, ainda é venerada pela comunidade. Eram 200 famílias, fixadas antes da fundação da Colônia. Santana está a meio caminho de Nova Roma (15km), Antônio Prado (15km) e Vila Flores (30km).

(Tentamos emancipá-la em 1994. Fui Relator do processo, mas fomos derrotados por um voto. É sede da Escola Estadual, que, de acordo com o nosso Projeto de Lei 387/2009, será Escola Estadual Afonso Marin, em homenagem a um dos maiores defensores da comunidade.) - Francisco Appio, Deputado Estadual.

ERNESTO ALVES – Em 1890 foi aberta uma picada para Alfredo Chaves (Veranópolis) pelo rio da Prata, por onde os poloneses, suecos e russos, migraram em direção ao Alto Uruguai, quando da chegada em massa dos italianos. A estrada, Antônio Prado/Santana/Veranópolis, foi denominada Ernesto Alves, hoje RS437, futura rodovia Frei Rovílio Costa (projeto de lei 176/2010 de nossa autoria).

Nas águas do rio da Prata, a passagem era por balsa. A ponte foi construída e inaugurada em 20/8/1968 pelo Governador Euclides Triches, mas a enchente de 1977 a destruiu. Nova ponte foi construída pela barragem, logo abaixo.

(A região está mobilizada para conquistar o asfalto da RS437, importante via de ligação que encurtará em mais de 150km a passagem de caminhões para o Norte do país. Atualmente, a alternativa é por Farroupilha, Caxias).

Nas terras da família Benatti foi descoberta enorme furna, que atravessa todo o morro, serve de curral para o gado. Outra furna na encosta do rio tem capacidade para 500 pessoas.

ESTRADAS E PONTES – A rodovia Júlio de Castilhos foi aberta em 1902. Doze anos antes, foi construída a rodovia Ernesto Alves, ligação da Colônia com Veranópolis. Entre o rio Prata e o rio das Antas, nas linhas Gustavo Vasa, Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo e Dez de Julho, estabeleceram-se os pioneiros.

Famílias de suecos e poloneses vieram de Bento e Garibaldi, onde o assentamento tinha fracassado, por uma picada que mais tarde deu lugar à estrada Júlio de Castilhos, hoje RS 448 Rodovia Oscar Bertoldo.

A passagem, no rio das Antas, no Passo dos Navegantes, era por balsa. A construção da Ponte (foto ao lado) ocorreu em 1930, por Getúlio Vargas, Governador do Estado.



(No Passo do Simão, mais tarde Zeferino, a passagem sobre o rio das Antas foi por balsa, por quase 80 anos. Relatam os historiadores, que o Intendente Inocêncio de Matos Miller adquiriu material no exterior para construir a Ponte. Porém, comerciantes de Caxias, com líderes políticos de Vacaria, levaram o material para o Passo do Korff, em São Manoel/Campestre e Criúva/Caxias, construindo a Ponte do Korff inaugurada em 1907. Em 1930 foi iniciada a BR116, inaugurada em 1940 como Rodovia Getúlio Vargas, com a construção da Ponte entre São Marcos e Campestre da Serra.



As obras deixaram a Colônia de lado, provocando desânimo entre os habitantes que migraram para outros municípios, devido ao isolamento pela falta de estradas. O êxodo provocou a década da decadência, com fechamento de empresas).

(O desembargador Nério Letti, na foto com o Deputado Francisco Appio e o historiador Fernando Roveda, resgatou esses fatos no livro “Raízes de Antônio Prado”).

A Ponte atual do Passo do Zeferino, finalmente foi construída no Governo Meneghetti e na administração municipal de Luiz Baggio, com 60 anos de atraso, na década de 60. Foi inaugurada em 1968.

(Luis Antônio Deboni, bisneto de Giovanni Deboni, um dos pioneiros da Comissão de Terras, escreveu em “Antônio Prado Cidade Histórica, 1989”, que a Ponte só foi construída graças ao empresário Valdomiro Bocchese, que financiou a obra. Oficialmente, pela Lei estadual 12.859/2007, denomina-se Ponte Valdomiro Bocchese, mas o DAER nunca sinalizou a obra, descumprindo a lei aprovada. O asfalto até Antônio Prado foi inaugurado por Collares na década de 1990. A RS122 Norte, entre Antônio Prado/Ipê e a BR116/Vacaria, foi construída no governo Britto, em 1998, e concluída no Governo Olívio, porém a obra jamais foi inaugurada. Denomina-se RS122 Rodovia Synval Guazzelli, Lei estadual 11.889/2003. Em 1988, Antônio Prado foi declarada Patrimônio Nacional, com 48 casas tombadas pelo Patrimônio Histórico).

CAMILO MARCANTÔNIO – Nasceu em Trento (1838), veio para o Brasil em 1877, estabelecendo-se como comerciante em Caxias do Sul. Quatro anos depois transferiu-se para a 6ª Léguas, onde instalou moinho hidráulico, que lhe valeu prêmio na Exposição Brasil/Alemanha. Com espírito de aventura, foi para a Argentina e Uruguai. Voltou, dois anos depois, quando foi fundada a Colônia de Paese Novo(Caxias do Sul). Com o filho Francisco de 16 anos, Camilo enfrentou a travessia do rio das Antas, fixou-se no Passo do Simão e mais tarde na sede do núcleo, onde construiu o Barracão do Imigrante, início do povoado. Em 1897, foi nomeado inspetor escolar. Em 1899 foi nomeado primeiro Juiz Municipal, presidente do Conselho Municipal, na criação do município (1899) cargo que ocupou por muitos anos e Intendente. Faleceu em 04/12/1905.

(Seu irmão Vítor Marcantônio emigrou para os Estados Unidos, onde destacou-se na vida econômica e social, tendo um de seus netos, Vítor, sido eleito pelo Estado de Nova Iorque, pelo Partido Socialista norte-americano. Filho de Francisco, neto de Camilo, Getúlio Marcantônio, foi eleito Deputado Estadual no RS e Secretário da Agricultura).

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO – O primeiro município criado pelo governo de Borges de Medeiros foi Antônio Prado, desmembrado do 5º distrito de Vacaria, em 11/02/1899. A maior parte da Colônia ficou no Distrito de Nova Roma, criado em 1923. A área total era de 453 km², dos quais 340 km² em Nova Roma, que por sua vez se emancipou em 30/11/1987.

LINHA GOMERCINDO – Não fez parte das demarcações de 1887, mas já existia, integrando o território de Vacaria. Porém, na emancipação de Antônio Prado (1899) inúmeras famílias faziam parte da Capela, ao que tudo indica ali fixadas entre 1894/1897, conforme placa de bronze no local.

A Linha Gomercindo Saraiva foi assim denominada em homenagem àquele que, ao romper a Revolução Federalista, pôs-se em marcha, com Silva Tavares, também homenageado na Linha do mesmo nome. Duas Linhas vizinhas, mas em municípios diferentes. A Linha Gomercindo tem como limites, ao norte, o rio Turvo (Protásio Alves) e o rio Segredo (Ipê); ao sul a Linha Tavares e Linha São José; a leste o rio Turbeto e a Linha Garibaldi, que passou a integrar a Linha São Valentim; a oeste novamente o rio Turvo (parte do Protásio Alves e Vila Flores).

Uma balsa, no rio Turvo, fazia o traslado entre a Linha Gomercindo e Protásio Alves (Nova Prata). Distante apenas 13 km da sede de Antônio Prado e 70 de Vacaria, ao natural, a população mobilizou-se e obteve anexação da Linha Gomercindo ao território pradense, em 1938.

Paulista Antônio Prado

Antônio da Silva Prado (paulista, 1840-1929) foi advogado, jornalista, agricultor, pecuarista, empresário e político (vereador, deputado, senador, conselheiro e ministro). Substituiu a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes.

Em 1885 foi criado o núcleo de colonização à margem do rio das Antas. O engenheiro chefe, Manuel Barata Góis, sugeriu que fosse dado à nova Colônia o nome de Conselheiro Antônio da Silva Prado, por ter no parlamento pugnado a favor da imigração. Nomes anteriores: Barracão e Colônia Antônio Prado.

Em 1888, foi nomeado capelão da nova colônia o Pe. Alessandro Pellegrini, que se achava na sede de Nova Trento. Rezava a missa no barracão feito para os imigrantes. Mandou construir igreja de madeira em louvor a Nossa Senhora do Rosário, onde funcionou o Colégio das Irmãs de São José. Depois surgiu a matriz Sagrado Coração de Jesus.

NOVA ROMA DO SUL - Nova Roma foi berço do povoamento de Antônio Prado, por iniciativa de imigrantes poloneses e suecos, que, a partir de 1880, atravessaram o rio das Antas por Farroupilha e Bento Gonçalves, antes de oficializada a Colônia de Antônio Prado em 1886. Os imigrantes italianos chegaram em 1888, provenientes de Verona, Belluno, Treviso e Vicenza, e ocuparam as terras dos poloneses e suecos, emigrados, de 1900 a 1910, para as colônias do Alto Uruguai. A fundação de Nova Roma, conforme o Livro Tombo, é 06/01/1899, quando o Pe. Alessandro Pellegrini, de Verona, vindo ao Brasil em 1883, celebrou a primeira missa. Fixando-se na Linha Carlos Leopoldo, ponto central entre Nova Treviso e Castro Alves, deu início ao povoado que, em 1902, se tornava curato; em 1922, paróquia; em 1923, distrito. Pe. Alessandro morreu em 19/8/1899 e foi enterrado em Antônio Prado.

IGREJA CATÓLICA - Durante a II Guerra, Nova Roma foi denominada Guararapes, depois Guaicurus, mas em 1949, voltou ao nome primitivo. O 1.º pároco foi o Pe. José Ben (1876/1946) de Belluno que conduziu a paróquia por 32 anos. ***“Pelo que me consta, sou eu o 14.º sacerdote mandado em cura de almas a este Curato de Nova Roma. Nasci na Itália, diocese de Belluno. Em 1889 vim com meus pais e família para o Brasil, no Estado de São Paulo. Em 1898, por vontade de Dom Cláudio, entrei no Seminário de Porto Alegre. Aos 30 de novembro de 1908 fui ordenado e nomeado cura daqui, tomando posse no dia 24 de janeiro de 1914. Subsistiam ainda os partidos de Castro Alves e Nova Treviso que aspiravam cada um a ter um cura próprio... sem todavia usarem hostilidades ao Cura de Nova Roma. Recebi o decreto de ereção canônica em paróquia do curato de Nova Roma: 04/7/1922.”*** (Livro Tombo de Nova Roma).

“No dia 15 de janeiro de 1946 faleceu o muito zeloso Vigário Pe. José Ben, que durante 32 anos veio guiando estas ovelhas para a senda do bem, da justiça e da paz. O que existe neste centro quase tudo devemos a esse zeloso Vigário: 80 anos de idade.” (Pe. Tranquilo Mugnol).

Faleceu no Hospital de Antônio Prado, com soleníssimas exéquias, sendo sepultado na terra, conforme pedido. Em 1954 foi depositado na capela do Cemitério de Nova Roma.

Em 1923, na criação do distrito de Nova Roma, havia 379 famílias de origem italiana, dentre as quais: Caon, De Bortoli, Pozzer, Vanzetto, Cadoná, Baréa, Menin, Tessaro, Durante, Pasuch, Panazzolo, Soldà, Mason, Polesso, Vanzin, Favero, Appio, Tibola, Forlin, Triches, Cichelero, Baldin, Testolin, Pasa. Em maio de 1935 começou a funcionar o colégio paroquial das Irmãs de São José.

NOVA TREVISO - “A Linha Blessmann foi ocupada desde o princípio quase que exclusivamente por italianos, vindos da Província de Treviso, chegados de 1888 a 1890. Estiveram quase em completo isolamento devido à falta de estradas”.

ANTÔNIO APPIO e seu irmão, Jacinto (Giacinto), chegaram na primavera de 1889. Foram os fundadores de Nova Treviso, juntamente com João e Fioravante Durante, Mário, Ângelo e Vítor De Toni, Luis Baréa (avô do Bispo Dom José Baréa), Domingos Caon, Olivo e Luis Sabedot, Vitório Rigo, João Camatti, Guerino Rigo, Ângelo, Mazzon, Ângelo Basso, José Pozzolo, Jozé Zini, Luís Dedéa, Giacomo e José Cicchelero, Henrique Confortin e a Família Busato.

Antônio Appio escolheu o lote 47, de 226.875m², por \$ 140,680, recebendo a escritura oito anos depois. Giacinto ficou com o lote 49, de mesma superfície e valor, recebendo a escritura em 1898.

Em Nova Treviso, inicialmente escolhida para sede da Colônia, o Pe. Alessandro Pellegrini celebrou a 1ª missa a 16/9/1891, na capela do cemitério.

Em 1894 foi construída outra capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Mais tarde surgiu a atual, junto à estrada Júlio de Castilhos. O salão da comunidade é dos maiores do interior do município.

Entre os fundadores da Capela estão: Baréa, Caon, Sabedot, Rigo, Vanzetto, Vanzin, João e Fioravante Durante, Camatti, Pozzolo, Mazzon, Cichelero, Jacinto, João e Antônio Appio.

No cemitério, o mais antigo do interior pradense, dentre os pioneiros, estão: Antônio Appio (1854-1909) e seu irmão Jacinto (1885-1961); João Appio (1901-1973) e seu primo Félix (1897-1973); Antônio Basso (1905-1962), Giocondo, Domingos e Pedro Caon; João Camatti, Raimundo Roldo, Lourenço Baréa, Vitória Rigo, José Cichelero, Antônio Durante (1826-1903). A cruz de ferro do patriarca Antônio foi retirada e guardada pelo neto Vicente.

Nova Treviso foi berço do 1º sacerdote do município e do 1º bispo da Diocese de Caxias, Dom José Barea, que na sua primeira visita, em 19/4/1936, proferiu belíssimo sermão em italiano.

DOMINGOS CAON, italiano de Pádua, filho de José e Joana, veio para o Brasil em 1889. Casado com Tereza Fabris, estabeleceu-se em Nova Treviso, querendo mudá-la para Dante Alighieri, poeta cuja Divina Comédia sabia de cor. Mandou construir para Dante um belo monumento de granito. No pedestal da estátua lê-se: “Onorate l'Altíssimo poeta”.

Foi subprefeito de Nova Roma, industrialista, comerciante, artesão e intelectual. Faleceu em Nova Treviso a 27/12/1949, com 72 anos, deixando 14 filhos. Durante a II Guerra, Nova Treviso foi denominada Valdemar Miranda, mas depois voltou ao nome primitivo.

Os primeiros comerciantes neo-trevisanos foram: Ângelo Baréa, Domingos Caon, Amadeu Faccio, Ricardo Marin, Dorvalino Ravello e José Appio.

A 30 de janeiro de 1955, Frei Davi Durante, OFM cap., recém-ordenado, rezou a 1ª missa vespertina, às 16h, na presença do Pe. Antônio Rizzotto e do povo de Nova Treviso, por ocasião das Bodas de Prata de seu tio Ricardo Durante e Olinda Ortigara, pais do Ir. Salvador Durante, marista e autor das próximas páginas, inseridas na publicação “Família Appio”, 2010.

LA MÈRICA (Hino da Colonizaçã Italiana no RS)

- 1) Dall'Italia noi siamo partiti, / Siam partiti col nostro onore.
Trentasei giorni di macchina e vapore, / E in Mèrica noi siamo arrivà.
Mèrica, Mèrica, Mèrica, / Cosa sarala sta Mèrica?
Mèrica, Mèrica, Mèrica / L'è un bel mazzolino di fior.
- 2) A l'Amèrica noi siamo arrivati, / Non abbiàm trovato né paglia e né fieno.
Abbiàm dormito sul nudo terreno / Come le bèstie abbiàm riposà.
- 3) E la Mèrica l'è lunga e l'è larga, / L'è circondata di monti e di piani,
E con l'industria de noaltri italiani / Abbiàm fondato paesi e citta.
- 4) Nella Amèrica noi siamo arrivati, / Abbiàm trovato una rica signora,
Abbiàm messo il cortelo a la gola, / E l'argento abbiàm trovà.
- 5) E nell'Amèrica abbiàm piantato / Formento, miglio, ingurie e meloni,
Abbiàm mangiato dei grossi boconi / Abbiàm goduto la libertà.

Tànie dei Mìseri Coloni.

- 1) Mìseri Coloni, / radici ben consai, / na feta de polenta / e nantra de formai. 2) Sempre fasoi, / fortaia e ossocol, / de le volte na galina / la se scavessa el col! 3) Più mìsere le done, / busie a racontar, / comare ciacolone / le seita a comandar!
- 4) Meti su le bèstie, / para fora el gal, / sara le finestre, / varda el temporal! 5) Va tor su le robe, / le braghe del nono, / cata su la legna, / meti rento el forno! 6) Santa Filomena, / desso vien tempesta, / smaca do la ua, / i pedoci su la testa! 7) Vinte e quatro di giugno / di del Santo Gioan, / i salta la foghera / con na patata in man. 8) El toso va morose / duevolta a settimana / par sparagnar la sena / in casa de so mama! 9) Pieni di pensieri, / i fioi da maridare, / sempre senza soldi / e i dèbiti pagare! 10) Cossita i è i taliani, / coloni poarini, / i canta e beve el vino, / maledici Mussolini! / 11) Desso l'è finia, / desso demo via. / Scusè questi ignoranti! / Salute a tuti quanti!

Dizionario umoristico

- 1) Il vecchio è un uomo che ha mangiato e guarda gli altri pranzare. (Balzac)
- 2) "Esser nonni vuol dire arrivare a la terza edizione, riveduta e corretta, della propria autobiografia." (A. Buci)
- 3) È terribile: dai quarant'anni in là, gli anni non hanno che sei mesi; e dai sessant'anni in poi non hanno che sei settimane. (A. Scholl)
- 4) Il tempo è un grande maestro; ha però il torto di uccidere i suoi scolari.
- 5) La Storia è la cassaforte della memoria. (G. Dossi)
- 6) La Storia è la fiera delle mensogne. (Anonimo)
- 7) Seppellimento: cerimonia che lascia freddo il maggiore interessato. (Trébla)

PROVERBI TALIANI VÊNETI

- 1) Ai sete ani zé putei, ai setenta ancora quei.
- 2) Amor novo va e vien, amor vecchio se mantien.
- 3) A robar poco se va in galera, a robar tanto se fa carriera.
- 4) A casa sua se fa come se vol; fora, come se pol.
- 5) Acqua, dieta e serviziale, guarisse ogni male.
- 6) Beati i últimi se i primi ga creança.
- 7) Chi magna presto, magna poco.
- 8) Chi va pian va lontan; chi va forte va a la morte.
- 9) Chi no ga testa, ga gambe.
- 10) Chi ga inventà el vin, se nol lè in paradiso, el lè vicin.
- 11) Chi mal no fa, paura no ga.
- 12) Chi sparagna, il gato magna.
- 13) Cossita zé la vita: meza storta e meza drita.
- 14) Chi fa carità lè rico e no lo sa.
- 15) Chi sparagna el bastone, fa el figlio birbone.
- 16) Doppo tanti anni e tanti mesi, tutti i torna ai so paesi.
- 17) El paron de casa son mi, ma comanda la fémena.
- 18) E fin che ghe nè, viva Noè, e quando no ghe nè più, viva Gesù.
- 19) El omo senza religion ze come na bestia senza paron.
- 20) Frà el dire e el fare, ghe ze il mare.
- 21) I vecci com 70, poco i sùbia e manco i canta.
- 22) L'amor senza barufa el fa la mufa.
- 23) Lòda i gioveni, ma scolta i vecci.
- 24) Libri, donne e cavai, no se impresta mai.
- 25) L'amico non è conosciuto, finchè non sia perduto.
- 26) Ozel de gábia, con nol canta de amor, canta de rábia.
- 27) Ovi de galina e vin de cantina, zé la méglia medicina.
- 28) Poenta e puína a la será e la matina.
- 29) Prima i ociai, doppo el baston, terso la goba e dopo el casson.
- 30) Quel che se impara da gioventù, non se desméntega più.
- 31) Rosso a la matina, la piova se vicina.
- 32) Rosso a la sera, bon tempo se spera.
- 33) Sanità e liberta: se ze richi e non se lo sa.
- 34) Te ciaperò in tel fil dea polenta.
- 35) Tuto va e vien e gnente se mantien.

CLUB DEI NATI STANCHI – STATUTO

- 1) Si nasce stanchi e si vive per riposare.
- 2) Ama il tuo letto come te stesso.
- 3) Riposa il giorno per dormire la notte.
- 4) Se vedi chi riposa, aiútao.
- 5) Il lavoro è fatica.
- 6) Non fare oggi quello che puoi fare domani.
- 7) Fai meno che puoi e quello che devi fare –
- 8) fallo fare agli altri.
- 9) Di troppo riposo non è mai morto nessuno.
- 10) Quando ti vien voglia de lavorare, siediti: aspetta che ti passi.
- 11) Se il lavoro è salute, evviva la malattia!

SER AVÔ

Francisco Juruena (1900-1990)

Ser avô é ser pai “açucarado”,
É ser pai duas vezes, ser avô...
É ter o coração iluminado,
Ouvindo alguém chamar-nos de vovô.
Ser avô é pretérito passado,
Mas no neto o futuro ele encontrou...
E dentro de um presente deslumbrado
Deseja para o neto o que sonhou.
Ser avô é fazer qualquer vontade,
É perder por completo a autoridade,
Fingindo ter rigor... quando está só....
É viver dando ao neto gulodices
Ser avô é sorrir de peraltices,
E empurrar toda a culpa na vovó...

PAR RÌDER (Prof. Rafael Baldissera)

Le due toaie. – Gigio, tesoro mio, la nova lavadera la ga robá due toaie nostre. – Ma Che ladra, senza vergogna! Quae zele stae le toaie? – Giusto quele due nove che gavemo portà via dal Hotel “Serra Gaúcha”.

Ovassionada. La tosa la riva a casa, dopo el so debute come cantora lirica. – Sito stà tanto ovassionada, fiola? – el ghe domanda so pare intusiasmà. – Sì, papà, son stà ovassionada, pomidorada e anaransada!

El ciuco. Un ciuco el vien caminando par la strada e, de colpo, el so capel el vola, cascando in tera. Lu el se ferma, el varda fissamente, coe gambe verte, el stimà ogeto, e el dise squasi soletrando: – Se no me sbasso, no te also. Se me sbasso, no me also su... Lora el conclude, in ton malincòlico: – Adio, amigo! Se separemo qua.

A FÁBULA DAS IDADES DO HOMEM

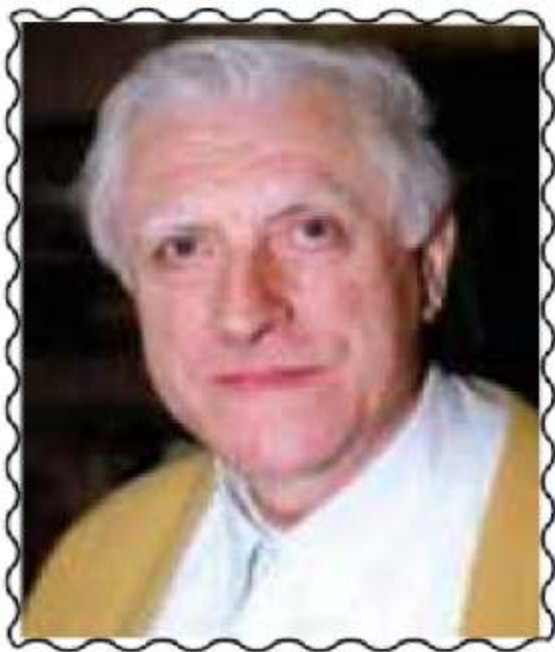
DEUS CRIOU O BURRO E DISSE: “Trabalharás incansavelmente de sol a sol, carregando fardo nos lombos. Comerás capim, não terás inteligência alguma e viverás 60 ANOS. SERÁS BURRO”. O BURRO RESPONDEU: “Serei burro, mas viver 60 ANOS é muito, Senhor. Dá-me apenas 30 ANOS”. Deus lhe deu 30 ANOS.

DEUS CRIOU O CACHORRO E DISSE: “Vigiarás a casa do homem e serás seu melhor amigo. Comerás os ossos que ele te jogar, e viverás 20 ANOS. SERÁS CACHORRO”. O CACHORRO RESPONDEU: “Senhor, comerei ossos, mas viver 20 ANOS é muito. Dá-me 10 ANOS”. Deus lhe deu 10 ANOS.

DEUS CRIOU O MACACO E DISSE: “Pularás de galho em galho, fazendo macaquices, serás divertido e viverás 20 ANOS. SERÁS MACACO”. O MACACO RESPONDEU: “Senhor, farei macaquices engraçadas, mas viver 20 ANOS é muito. Dá-me apenas 10 ANOS”. Deus lhe deu 10 ANOS.

DEUS CRIOU O HOMEM E DISSE: “Serás o único ser racional sobre a face da Terra, usarás tua inteligência para te sobrepores aos demais animais e à Natureza. Dominarás o Mundo e viverás 30 ANOS”. O HOMEM RESPONDEU: “Senhor, serei o mais inteligente dos animais, mas viver 30 ANOS é muito pouco. Dá-me os 30 ANOS que o BURRO rejeitou, os 10 ANOS que o CACHORRO não quis, e também os 10 ANOS que o MACACO dispensou”.

E ASSIM DEUS FEZ O HOMEM... “Está bem... Viverás 30 ANOS como HOMEM. Casará e passará a viver 30 ANOS como BURRO, trabalhando para pagar as contas e carregando fardos. Serás aposentado pelo INSS, vivendo 10 ANOS como CACHORRO, vigiando a casa. E depois ficarás velho e viverás mais 10 ANOS como MACACO, pulando de casa em casa, de um filho para outro, e fazendo macaquices para divertir os NETOS...”.



FREI ROVÍLIO COSTA
(*Veranópolis1934 +2010 Porto Alegre), formado em Filosofia, Pedagogia e Teologia, Mestre em Educação e Livre-Docente em Antropologia Cultural, foi vigário paroquial, professor e diretor de Seminários e integrante de Institutos Históricos e Genealógicos, de Academias de Letras e Jornalismo.

Fundou duas dezenas de acervos de etnias em municípios do RS. Autor e co-autor de inúmeras obras sobre temas imigratórios e demográficos, em 1973 fundou a EST Edições. Recebeu muitas distinções e foi patrono de várias bibliotecas e Feiras do Livro.

RODOVIA FREI ROVÍLIO COSTA - O Projeto de Lei 176/2010, do Deputado Francisco Appio, presta merecida homenagem denominando o trecho da RS437 entre Vila Flores e Antônio Prado.

PROJETO DE LEI 176/2010

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Frei Rovílio Costa, o trecho da RS437 compreendido entre os município de Vila Flores e Antônio Prado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia RS437, antiga Estrada Ernesto Alves, foi aberta em 1890, com a chegada dos primeiros imigrantes à Colônia Antônio Prado.

Os pioneiros foram poloneses, suecos e russos, que com a chegada de 2 mil famílias italianas migraram para o Alto Uruguai, pelo caminho aberto até Alfredo Chaves (Veranópolis), pelo rio da Prata por balsa, hoje ponte de vão único.

A rodovia de 30 km faz a interseção entre a RS470 (Vila Flores) e a RS448 (Nova Roma) prosseguindo por Antônio Prado, até a BR116 em Campestre. É a mais antiga e importante ligação, ainda pendente. Está sendo projetada pelo DAER e sua pavimentação encurtará a saída para o norte em mais de 150 km. Atualmente os motoristas de Veranópolis, Vila Flores e Nova Prata obrigam-se a utilizar a saída por Bento, Farroupilha, Caxias, Vacaria, na BR116.

A RS437, apesar de precária, sempre serviu de ligação entre os municípios da região, todos de origem italiana, comunidades onde o Frei Rovílio Costa teve destacada atuação religiosa e cultural. Escritor, jornalista, editor e religioso, FREL ROVÍLIO COSTA foi um dos mais brilhantes na literatura do Rio Grande do Sul.

Autor do livro POVOADORES DE ANTÔNIO PRADO, 2007, uma viagem no tempo, em busca da histórica presença dos imigrantes na cidade que detém o maior acervo da arquitetura italiana, nas 49 casas tombadas pelo Patrimônio Histórico.

Rovílio Costa nasceu em 193 e aos 12 anos ingressou no Seminário de Vila Flores, ordenando-se sacerdote em 1960. Formado em Filosofia, Pedagogia e Teologia, Mestre em Educação e Livre-Docente em Antropologia Cultural.

Foi professor no Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Ipê, professor e diretor da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre.

Professor em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, fundou a revista Educação e Realidade. Agente penitenciário na Penitenciária Estadual de Jacuí.

Vigário Paroquial nas Paróquias Sagrada Família (POA), São Luiz (Ipê), Sagrado Coração de Jesus (A.Prado) e Paróquia Maronita Nossa Senhora do Líbano (POA).

Em 1973 fundou a EST Edições. Dedicou-se a escrever e publicar temas migratórios e demográficos, pesquisando e divulgando a saga dos imigrantes.

Integrou o Instituto Histórico de São Leopoldo, a Academia Rio-Grandense de Letras, a Academia Brasileira de Jornalismo, o Instituto Genealógico Brasileiro, Federação Ítalo-Brasileira de Associações Italianas e titular do Acervo das Etnias do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Cidadão Honorário de Porto Alegre, foi também distinguido com a Comenda Negrinho do Pastoreio, Prêmio Literário Érico Veríssimo e muitas condecorações.

Patrono da Feira do Livro de Novo Hamburgo e Bom Jesus (2002), Veranópolis (2003), Porto Alegre (2005) e Antônio Prado (2007).

Patrono de bibliotecas públicas de São José do Ouro, Bento Gonçalves, Carazinho e Ibiraiaras. Tem Sala a ele dedicada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Fundou duas dezenas de acervos de etnias em municípios do Estado. Autor de várias obras, editor de 2.600 obras publicadas, articulista em vários jornais.

Morreu em 13 de junho de 2009, sepultado no Cemitério dos Capuchinhos, na paróquia Santo Antônio, em Porto Alegre.

Sala das Sessões.

Deputado Estadual **Francisco Appio**



ADIO, FRA ROVILIO

(Ervino João Sartori, poeta e professor, Ivoti - RS)

De na cuna cristiana sî fiol, / De la tera gaussa montagnol. / La to siensa la ga i
ragi del sol, / E scrivar come ti pochi i pol.

De tante bande mi te vardo, / parché tel di de San Bernardo / Te sé rivà a questo
mundo / Par compir un laoro fondo / Come lu geri ga fato. /

Eco il vostro ristrato: / Se lu el fea su conventi, / Ti te ghè
piantà insegnamenti / Che mai pi i perde el valor /
– I ze sguasso del Gran Signor.

Adio, professor Rovilio! / Finio el tereno esilio, / Con un paco de libri boni, / Nel
gion de Sant’Antoni, /

De colpo te sé trovà / Te coel bel mondo de là. / Con fama de bravo toso, / Quel
Santo miracoloso / El te ga ciapà par la man / E parlà cossi, en talian:

“I nostri afari de preti / I zera stessi e neti. / Sempre che mi predichea, /
Le cese le ribombea. / Quando la to man la scrivea, / Tuti i cori i se impienia / De
sapiensa, fede, braura. / Vangelo ala creatura / L’era
la nostra premura. / La tera, par natri due, / Con tute le bondanse sue, /
La ze stessa dela britola: / Se voltada l’è massa pìcola”..

CENTENÁRIO DA CASA DA NENI



Antônio Bocchese e Maria Marin são naturais da Itália, de Torre de Quarte Solo, Vicenza. Ainda jovens, migraram para o Brasil e casaram em 1904.

Antônio adquiriu em 1909, de Olivério Paulino de Camargo, um terreno com casa de alvenaria.

Em 1910, Antônio Bocchese mandou construir uma casa de madeira com dois pisos, sob orientação dos marceneiros Máximo Empinotti e Irmãos Nodari.

Máximo nasceu na Itália em 22 de julho de 1878 e faleceu em 4 de março de 1966. Era casado com Luiza Stimamiglio, nascida em 4 de outubro de 1881. Luiza faleceu em Antônio Prado, em 29 de março de 1929.

Os Irmãos Nodari, Napoleone, Atílio e Beniamino, também naturais da Província de Vicenza, dos lugarejos de Maróstica, Schiavon, Vila Raspa e Vila Franca.

Migraram para ao Brasil em 1880, e iniciaram seus trabalhos com outros marceneiros na construção de barracões, casas e fabricação de móveis. Os marceneiros da família dos Empinotti e dos Nodari atuavam em conjunto na construção de casas em Antônio Prado. Uma das obras construídas por eles foi a Casa da Neni por iniciativa de Antônio Bocchese e Maria Marin (foto ao lado).



Na parte térrea da casa, na sala da frente, funcionou a ourivesaria de Antônio Bocchese, que confeccionava diversos tipos de materiais em ouro, como: alianças, correntes, anéis, pulseiras, adornos e outros. Depois do falecimento de Antônio, em 1919, a casa passou a ser de propriedade da esposa Maria Marin Bocchese e filhos.



Com o passar dos anos, os casamentos, os filhos e as novas estruturas familiares provocaram partilhas de herança dos bens da família.

A filha do casal Joana Magdalena Bocchese, conhecida por todos como “Neni” legou à casa que seu pai mandara construir, seu apelido.

Parecia que o apelido da menina era mesmo especial, já que herdara de sua avó materna o nome do Joana, e de sua tia, Magdalena; razão pela qual chamavam-na de Neni, pois evitavam qualquer tipo de confusão.

A casa ficou conhecida, como Casa da Neni, porque Joana Magdalena Bocchese (foto), manteve durante muitos anos uma loja de comércio de objetos variados, onde vendia também artigos religiosos. Ainda faz parte da memória de muitos pradenses o fato de o padre João Bosco Schio, anunciar pelo alto-falante da igreja os artigos religiosos, bem como as rifas da Festa da Gruta, que podiam ser adquiridos na Casa da Neni. Com o tempo, já era hábito ouvir referências não só a Neni, mas também à Casa da Neni.

Vitor Bocchese Grazziotin, sobrinho de Joana Magdalena Bocchese, conta sobre o apelido e a personalidade de sua tia e o nome dado à casa. *“Olha a Neni era o apelido da Joana Magdalena Bocchese, vamos dizer assim o nome correto da tia Neni, Joana Magdalena Bocchese. Joana, porque a avó da tia Neni, por parte de mãe se chamava Joana e Magdalena porque a única tia, digamos, a única irmã do avô Antônio, da família dos Bocchese eram todos homens e só tinha uma filha mulher, que se chamava Magdalena. E como ela foi a primeira, ela era a mais velha das filhas do avô Antônio e da avó Marietina. Então (...) lhe foi atribuído o nome de Joana em homenagem a mãe da avó, e a Magdalena por ser a única tia, digamos que ela tinha, e era primeira sobrinha que nascia. Então Joana Magdalena Bocchese (...)*

(...) Se chamasse de Joana confundia com a avó, se chamasse de Magdalena confundia com a tia, então a tina Neni, desde pequena tomou o apelido de Neni. E foi o apelido, digamos assim que ela conservou por toda a vida (...)

(...) Casa da Neni, eu acredito que nós devemos ao Padre Schio. Porque, como ela era uma pessoa muito religiosa, uma pessoa muito devota. Na loja dela, ela (...) vendia muitos artigos religiosos, e inclusive terços, medalhas, livros, estátuas de Santos, essa noveninha, livrinho de primeira comunhão, fita, afinal o que fosse de artigo religioso, digamos que pudesse ser usado por aí, a tia Neni vendia na loja dela. E além disso, ela vendia rifas que a Paróquia promovia, e todos esses negócios. E o padre Schio pelo serviço de alto-falante deles, ele anunciava: olha vão comprar, não sei o que, as coisas, vão lá na casa da Neni. E por esse chamado, digamos que o padre fazia muitas vezes, no fim de tarde, época de festa, ou então tempos de primeira comunhão, e coisa assim. Então foi criado o hábito de casa da Neni (...).

(...) Olha, eu acredito que não é só uma opinião minha, mas uma opinião compartilhada por os dezesseis primos que nós temos. A tia Neni era tia por excelência. Não sei se pelo fato de ser solteira, mas ela tinha verdadeira adoração, não só pelos sobrinhos, mas pelas irmãs dela também. E para ela era uma festa ter o pessoal assim reunido ao redor dela. Ela fazia questão que no domingo alguém ficasse para almoçar, mas não só uma pessoa, que ficasse uma das famílias, ou a família da tia Elsa, ou a família nossa, da minha mãe, da Clementina.

Ou na época que ainda moravam aqui, a família da tia Hilde. Então ela fazia questão, digamos de estar acompanhada por alguém. Ela gostava muito de dar presentes. Era uma pessoa assim, que gostava de se arrumar e embora toda aquela religiosidade a tia Neni não perdia bailes. Ela ia aos bailes, ela acompanhava e já estava com uma idade bastante avançada.

Mas quando a gente convidava a tia Neni para um passeio, para qualquer coisa que fosse, uma viagem, a tia Neni estava sempre disposta. Era uma pessoa de um espírito, de um a jovialidade.



Moradores da casa da Neni. A partir da esquerda, sentados: Maria Marin e Elsa Bocchese. Em pé: Clementina, João, Joana, Lyvia e Hildegonda Bocchese.

Ela estava sempre disposta, ela estava sempre sorridente. Ela sempre tinha uma palavra de ânimo. Ela nunca desencorajava ninguém. Para ela, fosse qual fosse a dificuldade, por maior que existisse, para ela estava tudo bem. Ela tinha força ainda, para transmitir, digamos alguma coisa para os outros. E assim ao menos eu conhecia a tia Neni, até que ela teve saúde.

Uma pessoa jovial, uma pessoa benquista por todo mundo. Eu acho que aqui em Antônio Prado, eu nunca ouvi fala que a tia Neni tivesse tido uma encrenca, uma rusga, um atrito, digamos, com quem quer que fosse”.

Joana Magdalena Bocchese faleceu em 1981. Em 1983, Valdomiro Bocchese Participações Societárias Ltda adquiriu a casa e restaurou-a completamente, mantendo no local um comércio de artesanato, onde pode ser encontrado e adquirida uma rica variedade de trabalhos da região, local obrigatório para os turistas e visitantes.



Em 1985, foi registrado no Livro Tombo de Belas Artes como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em 1986, foi utilizada como símbolo nas comemorações do Centenário da Colonização Italiana.

Em dezembro de 2003, o imóvel foi adquirido pelo casal de advogados, Névis Francisco Carra e Lucia Helena Zanella, profissionais liberais, que investiram no imóvel, pois acreditam no desenvolvimento turístico de Antônio Prado e na importância da preservação do patrimônio histórico para as futuras gerações.

No imóvel funciona um diversificado comércio de artesanato gerenciado por Lúcia Zanella Carra (proprietária), na foto com Francisco Appio.

VERONESES NO BRASIL

Em 7 de novembro foi inaugurado o Centro Cultural CASA GREZZANA BELFIORE DI VERONA, integrante do Projeto Memória, com trabalhos coordenados pelo pesquisador Fernando Roveda. Localizada na Avenida Imigrantes 163, a Casa Grezzana, construída em 1910, foi totalmente restaurada sob supervisão do IPHAN.

Na casa onde residiu Luiz Grezzana, ex-coletor federal, vereador de quatro mandatos e presidente do Poder Legislativo Pradense, estará exposta permanentemente a maquete do centro histórico, com a réplica das Casas Italianas, tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Foram concluídas as obras de restauração da casa de madeira, com três pavimentos, que servirão para escola ambiental, histórica, museu, biblioteca e oficinas.

O evento foi prestigiado por autoridades de Verona-Itália, origem da maioria das famílias pradenses, pioneiras na colonização da região, além do Secretário da Cultura do RS, César Prestes.

Responsável pelo projeto, Fernando Roveda foi agraciado com a Medalha da 52ª Legislatura, entregue pelo deputado Francisco Appio, na quinta-feira (28/10/2010), em ato público, prestigiado pelos vereadores pradenses.

Acompanhado pelos vereadores Gilmar Soares, Paulo e André Lovatel, e do assessor Osmar Bressan, (foto abaixo) Appio formalizou a entrega da homenagem requerida junto à mesa da Assembleia Legislativa.



Desembargador aposentado, filho de Antônio Prado, o Dr. Nério Letti é outro extraordinário divulgador do patrimônio histórico. A casa Letti, de seus pais e avós, faz parte do conjunto arquitetônico e guarda o maior acervo em móveis, documentos e objetos utilizados pelos imigrantes.

Na quinta-feira (28/10/2010), Nério Letti recebeu equipe de reportagem de emissora de TV de São Paulo, que resgatou a importância do casario italiano. Na foto, em conversa com o deputado Francisco Appio.



Roveda obteve o reconhecimento do Vaticano, pois em cerimônia pública foi recebido pelo Papa Bento XVI, a quem entregou uma de suas inúmeras publicações, referente à presença da igreja católica na colonização de Antônio Prado (foto a direita).





Maquete do Centro Histórico de Antônio Prado exposta permanentemente na CASA GREZZANA

CASA GREZZANA



No início do século passado (foto acima) e restaurada em 2010 (abaixo).
como sede do Centro Cultural de Antônio Prado.





GIÁCOMO GREZZANA (foto), nasceu em 16 de janeiro de 1876, na cidade de Belfiore, Província de Verona, Região do Vêneto – Itália. Filho de Luigi Grezzana e Thereza Frigo, aos 14 anos migrou para o Brasil, estabelecendo-se, primeiramente, em Caxias do Sul. A família Grezzana deixou Caxias do Sul, para a nova colônia de Antônio Prado, em 1893.

Giácomo, vivendo em Antônio Prado, em 5 de setembro de 1900, ao 24 anos de idade, casou-se com Judith Marcantônio (22). A noiva era brasileira, pois nasceu na cidade de Caxias do Sul, em 25/10/1878.

Seus pais, no entanto, eram italianos, o pai Camilo Marcantônio, nascido em 1838 (mas falecido em 1905, em Antônio Prado), e a mãe Luigia (Luiza) Ducatti. Giácomo e Luiza tiveram três filhos: Augusto, Tereza e Luiz.

Giácomo, comerciante, adquiriu de Stefano Letti, em 30 de agosto de 1898, metade do lote número 16, da primeira ala sul, no centro urbano de Antônio Prado, confrontando, ao norte com a Rua Coronel Flores, pela quantia de R\$ 50\$000 (cinquenta mil réis), sem benfeitorias.

Em 17 de fevereiro de 1904, Giácomo e seu irmão, Alessandro Grezzana (foto a direita), realizam a permuta da outra metade do lote número 16, da ala primeira, com casa e mais benfeitorias existentes, no valor de R\$ 6:000\$000 (seis contos de réis), sendo que Giacomo passou a ser proprietário desta outra metade do lote número 16.





Família de Giácomo Grezzana: a partir da esquerda, sentados: Judith Marcantônio Grezzana e Giácomo Grezzana; em pé: Luiz Maracantônio Grezzana, Tereza Grezzana dos Reis e Augusto Grezzana.

GIÁCOMO desmanchou a antiga casa em madeira e construiu no local, entre os anos de 1906 e 1915, uma ampla casa, também em madeira, de dois pisos, que serviria para a residência da família e a instalação de uma pensão, conhecida popularmente como Pensão dos Grezzana.

No pavimento térreo havia duas salas de frente, mais uma sala de jantar, a cozinha, a despensa e o banheiro. No pavimento superior e no sótão ficavam os quartos, em número de oito.

A pintura externa era em branco no corpo da casa, com as aberturas em marrom; já para a parte interna era seguida a tradição de pintarem com distintas cores as peças, como, por exemplo, o quarto do casal e o das filhas era rosa, o dos rapazes, em azul claro, a despensa, a cozinha e a sala de jantar, bege claro, e as outras salas, verde. Atrás da casa havia um belo pátio arborizado, o tanque para lavar roupas e um grande varal.

Judith Marcantônio Grezzana, possuidora de uma bela voz, além de cantar e tocar violão, preservava na casa o piano e a uma gaita, que também faziam parte dos instrumentos musicais que compunham o mobiliário.

LUIZ MARCANTÔNIO GREZZANA, filho de Giacomo e Judith, nasceu em 11 de novembro de 1903, na cidade de Antônio Prado, e casou em 3 de outubro de 1936, com Leonor Della Giustina, filha de Andréa Della Giustina e Angelina Voltolini, ele nascido em 7/11/1877, e ela, em 16/07/1882.

Desse casamento nasceram oito filhos: Luiz Maria, Maria de Lourdes, Judith, Leonor, Thomas de Jesus, Celina Maria, Marília e José Maria. Após o casamento, Luiz e Leonor passaram a morar na mesma casa do seu pai Giacomo. Luiz, funcionário público Federal, com o cargo de Coletor, instalou na parte térrea da casa, a repartição da Coletoria Federal, trabalhando junto com o escrivão Alcino Grazziotin e Leonel Stimamiglio.



Na política, Luiz trabalhou muito para o progresso de Antônio Prado, viajando inúmeras vezes a Porto Alegre para contatos com lideranças dentre as quais os Deputados Federais Daniel Faraco, Armando Câmara e Cirne Lima, e com os Governadores Hildo Meneghetti e Perachi de Barcelos, a fim de adquirir recursos para o município. Exemplos de conquistas de valores são as construções do Colégio São José e da Ponte do Passo do Zeferino.

Luiz foi eleito vereador por quatro mandados consecutivos (1947 a 1963), tendo presidido a Câmara de Vereadores por dois mandatos, também consecutivos (1956 a 1963).

Dois anos após a morte de Judith, em 18 de julho de 1946, a casa sofreu a primeira reforma, que ocasionou a diminuição da parte dos fundos. E, em 1952, o telhado, que anteriormente era de tabuinhas de madeira, foi substituído por zinco, bem como um banheiro foi acrescentado, com o vaso e a pia separados do espaço onde ficava a banheira.

O nono Giacomo, como era chamado pela família, faleceu em Antônio Prado, em 23 de agosto de 1961, e seu filho Luiz, em 9 de abril de 1977.

Ao longo do tempo a casa foi utilizada para distintos fins, sendo a parte térrea utilizada para prestação de serviços e comércio e o pavimento superior para moradia. Atualmente, a casa pertence a José Maria Grezzana, filho caçula de Luiz e Leonor, funcionário da Petrobrás, em Salvador Bahia.

CASA GREZZANA BELFIORE DI VERONA

(CENTRO CULTURAL PROJETO MEMÓRIA)

Fotos que registraram a inauguração em 07/11/2010 com a presença de delegação de Veroneses (Verona Itália), especialmente convidados:



Luiz Maria Grezzana, filho de Luiz Marcantônio Grezzana e neto de Giacomo Grezzana, e César Prestes - Secretário de Estado da Cultura

Fernando Roveda – Coordenador do Projeto Memória de Antônio Prado e César Prestes – Secretário de Estado da Cultura



Bisnetos de Giacomo Grezzana, OSCAR ANGELO GREZZANA PANOZZO e GIÁCOMO LUIS DE OLIVEIRA GREZZANA, com a placa do Centro Cultural



Na foto, o presidente dos veroneses no mundo Giuseppe Riccardo Ceni, o historiador Fernando Roveda, o Secretário da Cultura do RS César Prestes, sua esposa Eleone Prestes e sua filha Mariana Prestes.

JOVENS NA VIDA PÚBLICA

Criada por lei municipal, por iniciativa do Poder Legislativo, Antônio Prado tem representação oficial entre os estudantes, 9 titulares e 9 suplentes, através do Projeto Aluno Cidadão 2010.

Liderados pelo presidente da Câmara Juarez Santinon, pelos vereadores Gilmar Soares e Gilmar Pontel (foto), os jovens legisladores visitaram a Assembleia Legislativa, no último dia 09 de novembro, recepcionados pelos deputados Francisco Appio e Marisa Formolo.



Além da visita aos gabinetes, testemunharam em Plenário a votação de projetos, onde foram saudados pela Mesa Diretora. O deputado Francisco Appio, antes do início das votações e pela TV Assembleia, apresentou o grupo pradense nas galerias e elogiou a iniciativa da Câmara de Vereadores de Antônio Prado.

Os alunos participantes do projeto são: Eduarda Bertoldo Zanella, Eduarda Bizotto Artuso, Giovana R. Zanotto, Henrique Dutra de Lima, Isabela Roveda Stimamiglio, Jéferson Luis Rigon, Larissa Costa da Silva, Marcos S. Dettoni, Maria Eduarda de Sá da Silva, Natália Dutra da Silva, Natália Zanotto Manera, Nicole Ghinzelli Vanin, Paola Golin Susin, Rodrigo Della Giustina Manera, Thalía Simioni Duarte, Tiago Benini de Oliveira, Vinícius de Souza Chiarello, Vinícius Parisotto Boff.



No dia 12 de abril, também estiveram na Assembleia Legislativa os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, onde participaram do projeto “Deputado por um dia”.

Os alunos que atuaram como deputados foram: Ágata Caroline Dutra da Silva, Bernardo Carlesso Franceschini, Chaiane Quintanilha Benini, Isadora Barison Lovizon, Lindanir Martins, Luana Leite Rodrigues, Lucas Tieppo Fialho, Maidana Dutra De Oliveira, Manuela Magnabosco Susin, Pedro Henrique Mascarello Tieppo e a líder Iolanda Alves de Andrade da Costa.



O JESUITA MÁRIO BOCCHESI

Entre tantas personalidades da história pradense, destaca-se Mário Bocchese, médico, vereador e de intensa atividade comunitária. Religioso, de formação jesuíta, o Dr. Mário foi proprietário do ponto mais importante da Av. Valdomiro Bocchese, antiga Farmácia Palombini.



A Farmácia foi retratada em bico de pena, pela sobrinha Neusa Welter Bocchese, mãe de Cassiano Welter Bocchese, destacado empresário do ramo imobiliário em Caxias do Sul e presidente da AGAJA - Associação Gaúcha de Controle do Javali Asselvajado, tema das próximas páginas desta publicação.

Filho de Antônio Prado, Mário era irmão do Valdomiro, Claudio, Otacílio, Antoninho, Catulino, Clóvis, Vilma e Rute, todos da tradicional família Bocchese. Ingressou no Seminário Jesuíta de Porto Alegre, de onde saiu para prestar o vestibular em medicina, aprovado com destaque, optando pela carreira que abraçou por toda a sua vida.

No Posto de Saúde, era conhecido pelo espírito humanitário e pela solidariedade humana. Notabilizou-se na vida pública como vereador e grande líder comunitário. Morreu aos 82 anos, deixando um legado de grandes exemplos e dedicação aos mais necessitados.

O fato de ter doado o prédio da Farmácia à Mitra Diocesana de Caxias do Sul, que administra a farmácia, retrata o espírito religioso e jesuíta do Dr. Mário Bocchese, também observado em antiga reportagem do Jornal Pioneiro da década de 90.



ANTÔNIO PRADO

Cenário perdido na vida real

Farmácia de 1930 conserva os móveis originais e mesmo padrão de serviços

ALESSANDRA PAULA RECH

Ao andar pelas ruas centrais de Antônio Prado, município conhecido por conter o maior patrimônio arquitetônico da imigração italiana do Brasil, o visitante tem a impressão de estar diante de uma cidade cenográfica onde irá rodar, dali a instantes, um filme de época. A

sensação não pode ser atribuída apenas aos casarões do início do século, enfeitados com lambrequins, que já são marca registrada do lugar. Casas de comércio e uma farmácia, tombada pelo Ministério da Cultura, completam o ambiente.

Inaugurada em 1930, a primeira farmácia da cidade mantém suas portas abertas. Medicamentos assinados por laboratórios de última geração contrastam com os móveis em cedro, ainda originais. A figura do médico de plantão, que presta atendimento personalizado às famílias, está presente em Mário Boc-

chese, 79 anos, 30 deles atuando como responsável pelo posto de saúde, anexo ao prédio. Viúvo, Bocchese vive de aposentadoria e passa a maior parte do tempo na farmácia que doou, há alguns anos, para a igreja. Ele exibe com orgulho a construção de dois pisos, pinturas no teto e paredes largas "que suportariam uma guerra. Não se faz mais nada assim hoje em dia", enfatiza. Também faz questão de lembrar do primeiro proprietário, Vicente Palombini, médico já falecido, que dá nome ao estabelecimento.

GERAR COMET



Assistência: o médico Mário Bocchese, 79 anos, dedica todo seu tempo à comunidade que procura seus conselhos



RÁDIO SOLARIS 22 ANOS

Localizada na Avenida Valdomiro Bochese, 872, Antônio Prado – RS, a Rádio Solaris completou 22 anos de atividades, como uma das organizações que mais cresceu na radiofonia regional. Vamos resgatar parte de sua história que inicia em fevereiro de 1986, quando foi criada a sociedade para requerer os serviços de radiodifusão para o município de Antônio Prado.

Os sócios eram Itacir Grezzana, Laureano Antônio Fortuna e Valdomiro Bocchese da Cunha. O nome da Rádio seria Rádio Centenário da A. Prado, que logo em seguida mudou para Rádio Solaris LTDA. O termo “Solaris”, derivado latim, significa sol, luz, iluminação, irradiação.

Na época, o Ministro das comunicações era Antônio Carlos Magalhães. A conquista da concessão era por indicação de políticos, que apoiaram a conquista deste canal para Antônio Prado. Entre eles está o Senador Carlos Alberto Chiarelli e os deputados federais Nelson Marchezan, Victor Faccioni e Darci Pozza.

Pelo decreto 94697, de 28/07/1987, a Rádio Solaris conseguiu a autorização para explorar os serviços de Radiodifusão no município de Antônio Prado. O prazo para a Rádio ir ao ar era dia 26 de maio de 1988.

No dia 28 de maio de 1988, às 20 horas, a Rádio Solaris rodou sua primeira música. Em homenagem aos imigrantes italianos a escolhida foi "Mérica Mérica".

Na época da sua abertura, a sociedade recebeu dois novos sócios, Clóvis Pedro Zulian e Luiz Zamboni Neto. A partir de julho de 1993, por divisão da sociedade, a Rádio Solaris passou a ser do sócio Laureano Fortuna.

Neste ano, Maria Teresa Fortuna assumiu a gerência da Rádio Solaris, cargo que exerce até hoje.

A Rádio Solaris é uma emissora AM, opera em 1110 KHz, possui 2 KW de potência e sua missão é informar e formar opinião, bem como difundir a cultura e o entretenimento. A Solaris é afiliada a Rede Gaúcha Sat e retransmite os programas “Notícia na Hora Certa”, “Correspondente Ipiranga” e “Jornadas Esportivas”.

Todo trabalho é desenvolvido de acordo com o “Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade”, o que já garantiu o título de “Destaque do Ano em Recursos Humanos”, na categoria Organizacional em 2002 e o prêmio “Qualidade RS”, na modalidade Bronze Nível 1 em 2003.

Na foto, a diretora Maria Teresa Fortuna recebe o troféu.



 **Prêmio Qualidade RS 2003** 
CENTRO EXPOSIÇÕES DA FIERGS-PORTO ALEGRE, 10 DE JULHO DE 2003 FOTOS: 321-7187

De 1988 para cá, todos os dias, logo pela manhã, os ouvintes que sintonizam na Solaris, sabem que a sua região estará em destaque. Essa é a proposta, pois nasceu com a vocação regional.

Muita informação, cultura e música, além das dicas e curiosidades, compõem o dia-a-dia, levando alegria, entretenimento e informação aos ouvintes, sempre de acordo com os interesses da região.

A Rádio Solaris dá atenção especial aos problemas sociais, por isso promove, participa e apoia campanhas contra o alcoolismo, páscoa solidária, hora do planeta, campanha de preservação da água, coleta e distribuição de livros,

palestra com escritores, semana do meio ambiente envolvendo todas as escolas do município, filós com arrecadação de donativos, campanha contra o crack, ajuda a pessoas necessitadas, palestra contra a violência, campanha de combate ao fumo, mocotó beneficente, carreteiro beneficente, promoção radialista por um dia, concurso cultural macarronada da mama, e campanha para o voto consciente, entre outras.

A área de cobertura compreende aproximadamente 25 municípios da serra gaúcha, além de expandir essa abrangência através do site, ao alcance de muitos pradenses mesmo fora do país.

A direção da Rádio Solaris está realmente preocupada em corresponder a expectativa da comunidade de Antônio Prado e da região, intensificando a sua atuação, aproveitando novos mecanismos, investindo e acreditando nos valores da nossa terra. Acesse o site e confira: www.radiosolaris.com.br



Campanha contra o Crack -
palestra clube união com Manoel Soares.

Natal do idoso carente
em parceria com
a secretaria de
habitação e
assistência social.



JAVALI



O Escudo acima, Fernando de Aragon, d.c, para premiar o caçador do reino, seus dizeres: venator intrépido (caçador audaz), é uma referência a coragem necessária a prática da caça com cães e faca.

foi criado por rei da Sicília, em 1.100 de javali mais corajoso do

de javali mais corajoso do

Em discurso proferido na data de 11/11/2010, na Assembleia Legislativa, o deputado Francisco Appio alertou para a urgente necessidade do Estado normatizar o controle do javali, animal, tido e reconhecido como “verdadeira praga” na serra gaúcha, pelos irreversíveis danos às lavouras, fauna e flora e ameaça à segurança das pessoas.

JAVALI NÃO SE CAÇA COM GATOS

FRANCISCO APPIO (11/11/2010) - Associações Protetoras de Animais - ONGs - cariocas pressionam para evitar a liberação do controle do javali no sul do país. Desconhecem a ferocidade dos animais, o seu descontrolado aumento populacional e os danos que causam na fauna e flora do Estado. Instrução Normativa que autorizava o abate por profissionais legalizados foi revogada pelo IBAMA, causando apreensão no meio rural, pelos estragos causados pela "praga do javali".

O mais grave é a utilização de "venenos" para reduzir a ação predatória dos javalis, com inevitáveis danos ao meio ambiente, mas que está sendo utilizada como medida radical, face a ausência de norma legal que ampare as ações dos produtores rurais.

Enquanto na região de Vacaria a consulta ao Ministério Público deixou os produtores mais tranquilos, no restante do Estado aguarda-se Portaria Estadual (Secretaria da Agricultura) para normatizar o abate. Contudo, o Secretário Gilmar Tietböhl está inclinado a assinar o documento legal, desde que não inclua cães na localização dos javalis, o que tornará a Portaria inútil.

A AGAJA - Associação Gaúcha do Javali Asselvajado - firmou posição, pelo seu presidente Cassiano Bocchese, que em ofício ao Secretário Tietböhl ratificou a posição dos produtores:

"Comprovadamente não há abate efetivo de javalis sem a ajuda do cão especializado para localizá-lo. Desta forma, a criação de uma portaria que especifica métodos de abate com pouca ou nenhuma eficiência simplesmente para contentar ONGs protetoras de animais não permitirá o controle e erradicação desta praga que dia-a-dia amplia seu crescente potencial devastador sobre lavouras, criações e comunidades de zonas rurais em todo o Rio Grande do Sul.

Com base na série de estudos e laudos técnicos e em diversos relatos de incidentes comprovados já disponíveis, ratifico que, caso a portaria seja emitida excluindo o uso de cães, o problema referente a esta praga não será resolvido.

Além de não viabilizar o único método de controle efetivo, uma portaria sem especificar o uso de cães, acarretaria um problema adicional para o Produtor Rural, que ficará legalmente a descoberto, uma vez que, no desespero de tentar preservar sua fonte de renda e o sustento para sua família, ele continuará a usar cães.

Está consagrada a efetividade dos cães nas lidas diárias, mesmo durante seus trabalhos a campo com gado ou lavoura. O produtor que sai a campo com cães, se defronta regularmente com javalis em matos e banhados, abatendo-os ocasionalmente.

Equipes de abate até recentemente instituídas e legalizadas pelo IBAMA desenvolveram as melhores e mais especializadas matilhas para localização de javalis. Elas constituem aparato e mão de obra especializados e gratuitos. A localização e o enfrentamento efetivo de varas de javalis em matas, lavouras e banhados só é possível com o auxílio de cães. O uso de cevas é de baixíssima eficiência pois consegue apenas sucesso em um exemplar enquanto os demais animais de uma vara imediatamente se dispersam quando o primeiro é atingido."

Na defesa do produtor rural e angustiado com a falta de soluções, Cassiano Bocchese avança e sugere que a Portaria "***Deveria permitir que o Produtor Rural pudesse abater javalis dentro do limite de sua propriedade com o uso de seus próprios cães. Melhor seria o texto da Portaria não mencionar e não restringir o uso de cães. Certamente no Estado não haverá oposição, pois nos sete anos em que o abate foi autorizado com o uso de cães, nunca houve contestação ou ação contrária. No Rio Grande do Sul, a comunidade e os técnicos do IBAMA, sabem e concordam com a nocividade do Javali e a efetividade no uso do cão para o seu controle.***"

O deputado Francisco Appio está sendo pressionado a apresentar proposta legislativa sobre o assunto, mas a matéria é de competência da União e foge da alçada estadual, lamenta o parlamentar, preocupado com o clima de insegurança, criado no meio rural.

PRODUTORES FAZEM APELO AO IBAMA

Em 29 de agosto de 2010, a AGAJA enviou ofício ao presidente Abelardo Bayma de Azevedo, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Brasília, apelando pela revogação da Portaria que suspendeu a autorização do abate controlado do javali.

Esclareceu que “a AGAJA-RS, Associação Gaúcha de Controle do Javali Asselvajado, é uma entidade ambientalista, sem fins lucrativos, que tem por objetivo e função social monitorar, controlar e informar as autoridades e órgãos competentes municipais, estaduais e federais, sobre a localização e os danos ambientais, agrícolas, sanitários e particulares causados a Flora, Fauna e Propriedades Rurais, pelo Javali “Sus Scroffa” seus híbridos cruzados, animais exóticos não pertencentes a Fauna nativa, que encontram-se asselvajados no Rio Grande do Sul.”

Esclarece que a entidade é constituída por produtores rurais, veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas, advogados, médicos, ambientalistas e interessados simpatizantes da causa, representantes dos municípios de Vacaria, Muitos Capões, Esmeralda, Caxias do Sul, Antônio Prado, Ipê, Campestre da Serra, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Lagoa Vermelha, Porto Alegre, Imbé, Maquiné, Vale Real, Carlos Barbosa, Parobé, São Francisco de Paula, Flores da Cunha, Passo Fundo e Gramado.

“A entidade gestiona a agilização e publicação de nova Instrução Normativa que permita o Abate dos Javalis asselvajados e seus híbridos cruzados no RS, em caráter emergencial, pois os danos que este animal exótico poderá causar a fauna, flora e a produção agrícola no Estado serão irreparáveis, considerando também o aumento da população deste animais sem o controle efetivo, nos moldes da Instrução Normativa 71.

Ela teve vigência por sete anos, e atendeu a solicitação de inúmeras Prefeituras Municipais, Secretarias de Agricultura, Universidades, Sindicatos Rurais e do próprio produtor rural, unânimes em defender sua aplicação e continuidade. A sustentação científica foi corroborada através de Trabalho de pesquisa, realizado em 2008, pelo Biólogo Mateus Pereira Neves, que apresentou seu trabalho ao IBAMA.”

Cassiano Bocchese sustenta que no período de vigência da IN/71 de controle de Javalis foram apresentadas dificuldades, entre as quais destacamos :

1. Por falta de pessoal e estrutura, o IBAMA credenciou apenas 204 caçadores em todo Estado. Sabemos que os caçadores credenciados que permanecem ativos estão em número de aproximadamente 100, com uma lista de espera para licenciamento de mais de 300 pedidos no RS. Só o aumento do número de credenciamentos para o abate surtirá efeito sobre o controle populacional do Javali.

2. Outra grande dificuldade é a não autorização de abate do animal pelo produtor rural, que em seu trabalho na agropecuária avista javalis diariamente, sabe de sua localização e tem os meios e conhecimento para esta ação, mas não o faz, pois não está autorizado e não quer transgredir a lei.

3. Chamam os caçadores credenciados e esperam a visita, com razoável demora, pois mesmo os credenciados não dão conta de tantas solicitações e pedidos. O caçador de javali credenciado pelo IBAMA é visto como parceiro do produtor, pois nada cobra pelo que faz e resolve o problema temporariamente.

4. Apenas nos dois últimos anos os caçadores credenciados desenvolveram o cão ideal para a localização e abate do javali. Não é um cão de combate, mas um cão composto pela cruz de 4 raças selecionadas, que priorizam velocidade, faro, coragem e resistência, que treinado, foca apenas o javali e é usado em matilha de seis a oito cães para sua proteção e eficiência.

5. Neste período da IN/71, os resultados dos abates aumentaram muito e nos locais de atuação já nota-se acentuadamente a diminuição da população de javalis. Este é o caminho, os números o apontam, pois 90% dos javalis abatidos no RS são localizados por cães.

6. O Rio Grande do Sul é um estado constituído por matas, campos, banhados e grandes extensões de lavouras. Em suas serras intocáveis cobertas de mata nativa preservada, sabe-se que nelas há javalis se procriando, como uma bomba prestes a explodir. O relevo é de difícil acesso e mata fechada. Para localizar javalis neste bioma, só com cães, e cães também para a segurança do caçador e produtor rural que transita pelas matas, banhados e lavouras.

Em todo o país ocorrem mortes de agricultores por ataques gratuitos de javalis.

7. Sabemos que neste período o IBAMA foi dividido, sofreu grandes mudanças, fechou escritórios regionais em muitas cidades, o que contribuiu para estagnação do processo de controle e credenciamento de produtores autorizados a abater o javali asselvajado.

Estima-se que existam no RS mais de 120 mil animais asselvajados, conforme cálculo de biólogos especializados. Considerando que 50% desta população sejam fêmeas e estas procriam duas vezes ano, com uma média de seis filhotes. Considerando-se que não há predadores naturais para esta espécie, já nos primeiros seis meses teremos uma população acrescida de 360.000 animais.

Isto será uma catástrofe ambiental e agrícola, sem falar nos prejuízos econômicos que poderão causar à suinocultura, se houver constatação de doença sanitária.

8. Os dados do IBAMA, estão incorretos quanto ao número de abates anuais de javalis. O produtor rural, encorajado pelos caçadores credenciados e já conhecedor das técnicas de abate, tem abatidos muitos animais, em todas as regiões. Infelizmente estes abates não entram em estatísticas, ocasionando erro nos dados apresentados.

9. Em todos os países onde apareceu o “javalí”, problema mundial, tanto que a DISCOVERY CHANNEL dedicou três programas ao tema, ficou comprovado que o único meio de controle eficiente é através da caça de erradicação e abate e o meio mais eficaz é o uso do cão para sua localização”.

O ofício da AGAJA foi acompanhado por manifestações das Prefeituras Municipais de Caxias do Sul, Vacaria, Canguçu, São Francisco de Paula, Ipê, Antônio Prado, Flores da Cunha e Nova Pádua. Sindicatos Rurais de Vacaria, Antônio Prado, Flores da Cunha, Nova Pádua, Passo Fundo, Ipê e Cooperativas Agropecuárias de Ipê e Antônio Prado, além de um pedido da Universidade de Caxias do Sul, através do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, pelo seu Diretor Prof. Dr. Alindo Butzke, estudioso das espécies invasoras da fauna e flora, todos apelando por uma nova Instrução Normativa, nos moldes da IN 71 revogada.

JAVALIS SÃO TRANSMISSORES DE DOENÇAS

Estudo de Pós-Graduação do Biólogo Mauricio Beux dos Santos, UFRGS, sobre javalis e porcos ferais e seus impactos ambientais revela que estes animais são transmissores de doenças à fauna silvestre nativa, (javalis são reservatórios epidemiológico da doença de chagas - *Trypanossoma cruzi*), além de contaminar águas de superfície com cistos de *Giardia ssp* (doença que afeta animais da fauna, animais e principalmente crianças).

“É importante ressaltar que javalis e porcos asselvajados representam um potencial risco de disseminação de doenças para as espécies nativas e mesmo para o homem (GISD,2007). No Brasil, porcos monteiros foram identificados como importantes reservatórios de trypanosoma evansi e trypanossoma cruzi, na região do Pantanal (Herrera et AL.,008), enquanto que Mundium et.al (2004) encontram resultados positivos para infestação por helmintos e ou protozoários em 97,5 % das amostras de fezes de 77 javalis em um criatório localizado na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. Porcos asselvajados podem ainda contaminar águas de superfície com a liberação de cistos de Giardia spp (Altwill et al., 997)”.

O biólogo Maurício nos apresenta métodos de controle utilizados nas populações de javalis asselvajados:

“No Estado do Rio Grande do Sul, os métodos utilizados na tentativa de controle das populações de javalis asselvajados tem sido a caça direta, caça com o auxílio de cães e armadilhas com atrativo alimentar e sexual.

Dentre estes, o método que tem apresentado melhores resultados tem sido a caça com o auxílio de cães treinados (Debert e Scherer, 2007). A caça ao javali é considerada uma atividade legal no Rio Grande do Sul, segundo Instrução Normativa n. 71, de 04 de agosto de 2005, desde que realizada por caçadores cadastrados e com acompanhamento de um guia especializado.

O modelo favorável da legislação que rege a prática de caça no Estado, aliado às pequenas proporções dos fragmentos florestais e a predominância das áreas abertas, leva a sugerir que esta seja melhor estratégia para o controle da espécie nos ambientes de restinga do Rio Grande do Sul”.
Resumo deste trabalho em: http://www.seb-ecologia.org.br/2009/resumos_Hlt276022785__Hlt276022785ixceb/643.pdf

O JAVALI ASSELVAJADO NA PEQUENA PROPRIEDADE

O estudante de Agronomia, Geovani Scolaro, faz um comentário sobre o tema:

“Sou estudante de Agronomia da UCS e tenho visitado várias propriedades no interior e ouvido relatos de pequenos produtores rurais, comentando os prejuízos causados pelo Javali Asselvajado, em suas propriedades.

Considerando estudos de impactos econômicos do Javali e seus híbridos em grandes propriedades, o que gira em torno de 20%, valor este que se considerada a rentabilidade da lavoura de milho, inviabiliza o cultivo. Na pequena propriedade onde o plantio de pequenas áreas, é geralmente para consumo na própria propriedade, os impactos causados pelo javali podem chegar a 100%.

Pensando nisso, fazendo uma conta simples, vemos que na pequena propriedade o Javali Asselvajado é sim uma “praga”. Considerando que nos arredores de uma pequena propriedade esteja uma vara de 20 javalis, número que na maioria das vezes é maior que isso e segundo estudos técnicos, cada javali por dia pode estragar 100 pés de milho. Deixamos este índice pela metade e contabilizamos apenas 50 pés, multiplicamos isso por 150 dias, a média do ciclo de um híbrido, podemos considerar o ciclo todo, pois o javali ataca o milho desde o plantio fuçando na linha das sementes para comer o adubo, até o final da colheita que muitas vezes estende o ciclo por mais de 150 dias, essa vara de 20 javalis destruiria 150.000 pés de milho.

Considerando as densidades mais usadas atualmente em torno de 60.000 sementes por hectare supomos que tenha uma germinação de 100%, algo praticamente impossível, essa vara de 20 javalis destruiria em um ciclo de plantio: 2,5 hectares de milho no mínimo.

Partindo do ponto de vista que em muitas propriedades pequenas a área plantada de milho não chega a 2,5 ha, podemos ver os prejuízos que o Javali Asselvajado causa ao pequeno produtor, contabilizando apenas a cultura do milho. Se levamos em conta todas as culturas de subsistência (aipim, melancia, batata doce, amendoim) que esses agricultores plantam em suas propriedades os prejuízos podem ser ainda maiores.

Com o Cancelamento da Normativa nº 71, o IBAMA impede o agricultor de proteger a sua propriedade, causando-lhe além dos prejuízos econômicos a descrença no resultado de seu trabalho. Para isso não há compensação”.

NÃO HÁ IMPEDIMENTO À CAÇA DO JAVALI



Pelo menos nos Campos de Cima da Serra, onde uma consulta ao Ministério Público resultou no retorno das práticas de controle do javali pelo abate legal, não há mais impedimento à caça do javali, informa o deputado Francisco Appio. O Dr. Luiz Augusto Gonçalves, do Ministério Público, promoveu consulta à Procuradoria Geral de Justiça que respondeu aos questionamentos.

Com esta manifestação oficial do Ministério Público foi reaberto abate na região dos Campos de Cima da Serra, onde a falta de controle populacional nos últimos 90 dias causou insegurança na área rural, pelos evidentes prejuízos advindo da disseminação dos animais.

Legislação anterior permitia o controle do javali, pelo abate legalizado, através da Instrução Normativa 71, de 04 de agosto de 2005. A Instrução Normativa 71 foi inesperadamente revogada em outubro passado, provocando a revolta dos produtores, diante dos riscos e prejuízos da disseminação da praga.

Estes se organizaram em torno da AGAJA, ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE CONTROLE DO JAVALI ASSELVAJADO, presidida por Cassiano Bocchese, de Caxias do Sul (na foto com o deputado Appio).

Reproduzimos a seguir, a manifestação do Ministério Público, pela procuradora Luiza Curcio Pizzutti:

a) O abate pode ser enquadrado em algum tipo penal, já que não é animal da espécie silvestre? Há discussão na doutrina no tocante ao fato do animal exótico configurar espécie silvestre ou não, caracterizando o art. 29 da Lei nº 9.605/98. Dispõe o artigo: “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa”.

O § 3º do art. 29 afirma que “são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras”.

O art. 1º da Lei nº 5.197/67 estabelece: “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.

Já o § 7º do art. 24 do Decreto 6.514/08 define que fauna silvestre “são espécimes da fauna silvestre, para os efeitos deste Decreto, todos os componentes da biodiversidade incluídos no reino animal, pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras não exóticas, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras. A celeuma consiste em definir se dentro do conceito aberto “e quaisquer outras” do § 3º do art. 29 da Lei dos Crimes Ambientais estão espécies exóticas ou não.

Doutrinadores como Luís Paulo Sirvinskas, Eladio Lecey e Ela Castilho entendem que as espécies exóticas estão protegidas pela norma do art. 29. Gina Copola não afirma expressamente se as espécies exóticas estão inclusas, mas refere que o sentido da norma é de proteger todas espécies pertencentes à fauna, assim o sendo, as exóticas estariam inclusas.

Ainda, Paulo de Bessa Antunes aduz que “salvo melhor juízo, que a lei, erroneamente, definiu que todos os animais que tenham o seu ciclo de vida ocorrendo no território nacional, isto é, todos os animais existentes no Brasil, para os efeitos da lei, são considerados silvestres”. De outro lado, temos a doutrina de Vladimir Passos de Freitas e Gilberto Passos de Freitas afirmando expressamente que a proteção penal não alcança os animais exóticos. Curt Trennepohl e Édis Milaré vão no mesmo sentido, dizendo que as espécimes exóticas não são elemento do tipo do art. 29 por não configurar “fauna silvestre”, todavia, poderia configurar o crime de maus-tratos, era. 32 da Lei dos Crimes Ambientais.

Cumpra a nós perquerir o sentido da Lei dos Crimes Ambientais, sua real finalidade. O sentido do art. 29 seria a “preservação do meio ambiente como um todo”, especialmente da fauna silvestre e aquática ameaçada ou não de extinção. Nas palavras de Carlos Ernani Constantino, o objeto jurídico do delito “é o equilíbrio ecológico advindo da necessária preservação de todos espécimes que, de um modo ou de outro, integrem fauna silvestre brasileira – sejam eles pertencentes às espécies nativas, às migratórias (de curtas e longas migrações) e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, ameaçadas ou não de extinção”.

Segundo Luis Regis Prado, “a biodiversidade e a natureza são os objetos da proteção legal” da Lei federal nº 9.605/98. O doutrinador esclarece “para preservar esse importante recurso natural, a Carta Magna orienta sua proteção em três direções: a) pela vedação de práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, ou seja, o papel desenvolvido por uma espécie vegetal ou animal na manutenção do equilíbrio de um ecossistema”.

Portanto, o objetivo dos tipos penais da Lei 9.605/98 é a proteção do ecossistema que deve se desenvolver de forma equilibrada. Ocorre que o javali, espécie exótica e invasora, tem se apresentado como verdadeira praga no Estado, causando uma série de danos ao meio ambiente nativo.

Conforme o Instituto Horus os impactos da introdução destes animais “indomáveis predadores” são os seguintes:

Impactos ambientais - Competição com espécies nativas de porcos-do-mato e alteração do ambiente natural por fuçar, deslocando plantas nativas e alterando solos principalmente de brejos e beira de rios. Danificam as plantas da regeneração natural das florestas, causando sérios danos a longo prazo.

Transmitem seis tipos de doenças, inclusive raiva, leptospirose e febre aftosa.

Impactos econômicos - Os javalis comem e danificam plantações e pastagens, também danificando cercas. É um predador voraz de filhotes de carneiro, galinhas, patos etc.

Impactos sociais na saúde - Possui potencial para disseminar doenças a outros animais, domésticos ou selvagens. Transmitem seis tipos de doenças, inclusive raiva, leptospirose e febre aftosa. Diante deste cenário, o controle destes animais introduzidos se faz necessário, que, conforme o mesmo Instituto pode se dar:

Controle mecânico - A forma mais eficaz de controle é a caça destes animais, podendo-se inclusive fazer uso da carne. À luz dos dados técnicos trazidos vê-se que o javali é espécie da fauna que desequilibra o ecossistema gaúcho, portanto, não há razão que justifique a penalização da caça deste animal.

Enquanto que a caça de javalis a fim de controle da espécie exótica invasora faz-se necessária, não deve servir de fundamento para práticas abusivas, justificando todo e qualquer ato (por exemplo, não permite a caça de outras espécies), pois o excesso e a ausência de razoabilidade nas ações humanas podem configurar o art. 32 da Lei dos Crimes Ambientais.

Conforme a ecologia, a única causa que permite a mortandade de uma espécie animal é quando diante de parasitas diretos ou competidores, conforme lição de Odum: “Acima de tudo, o estudo da ecologia sugere o dever de um sadio respeito por todas as formas de vida. Enquanto que os 'mocinhos' e os 'bandidos' podem ser facilmente reconhecíveis no palco, tal não se dá na vida real. Muitos organismos aparentemente inúteis podem tornar-se úteis.

O homem deve pensar mais em termos de controle e utilização da natureza, e não em termos de extermínio total, exceto no caso de algumas espécies que são parasitas diretos ou competidores. Conservação do ecossistema em lugar da conservação desta ou daquela espécie parecer ser a atitude mais conveniente. A diversidade de formas de vida deveria ser encarada como um tesouro nacional e internacional”.

Assim o sendo, e considerando que o javali *sus scrofa* causa dano ambiental ao ecossistema local, conforme estudos técnicos e também devido ao constatado na prática riograndense, não é possível afirmar que a sua caça afronta a preservação do meio ambiente como um todo, não sendo objeto de proteção legal da norma do art. 29 da Lei 9.605/98.

Diante disso, parece-nos bastante complicado denunciar alguém pelo tipo penal do art. 29 da Lei 9.605/98, seja pela discussão doutrinária quanto a espécies exóticas configurar o crime do art. 29, seja pelo texto do Decreto 6.514/08, ou por ser o javali um animal exótico e invasor que causa sérios danos ao meio natural e endêmico do nosso Estado.

b) Que ilicitude comete quem caça? Segundo o IBAMA, por força do decreto 6514, art. 24º, § 7º e considerando que a IN 8 não previu expressamente que a caça é infração administrativa, não constitui infração administrativa a violação da IN 8/2010 do IBAMA. Isso significa que diante do IBAMA não haverá processo por infração administrativa.

c) Como deve se proceder quando encontrado javali abatido? O IBAMA refere que não precisa ser contactado, pois não haverá infração administrativa. Por outro, se não configurar crime ambiental (conforme entendimento exposto), também não há necessidade de chamar a PATRAM. Somente se adotado o entendimento de que configura crime é que o procedimento seria contactar a PATRAM. **(Luiza Curcio Pizzutti).**

NEM SEMPRE O INSUCESSO É DERROTA

Apesar da expressiva votação, nosso projeto de Deputado Distrital não assegurou a cadeira regional no Parlamento Gaúcho.

A proposta de defesa dos transportadores (SOS Caminhoneiro), defesa do produtor rural (queima-de-campo, controle do javali, combate à reserva legal), defesa e valorização da fruticultura (maçã e pequenos frutos), luta pela revisão dos preços dos Pedágios, investimentos na saúde (hospitais e postos), promoção e divulgação da cultura (mais de 55 publicações), investimentos na infraestrutura regional (Aeroporto Regional, BR470, BR285, RS110, RS122, RS456 e acessos municipais), elaboração de projetos (leis e projetos), atuação legislativa (Comissão de Constituição e Justiça), fortalecimento do Partido Progressista (Líder Partidário) e busca de recursos para a região, foi aprovada por 34.200 pessoas.

Lamentando a perda da representação regional, tristes pelo resultado eleitoral, manifestamos nosso contentamento pelo apoio recebido, manifestações de solidariedade e apreço e estímulo para uma caminhada contínua na defesa do interesse público.

Aos que entenderam o nosso projeto, nosso muito obrigado. Aos que não aprovaram, nem torceram, pedimos tempo para demonstrar o que fizemos nestes vinte anos, de cinco mandatos parlamentares. Este tempo permitirá e a história ajudará comprovar, que não faltou trabalho, empenho, lealdade com a região e devotamento ao interesse coletivo.

Compreendemos as críticas, não aceitamos calúnias, refutamos maldades, mas aceitamos o resultado com humildade, desejando aos que nos substituírem, que tenham sucesso e apoio na busca dos seus objetivos.

Trabalhamos, lutamos, defendemos as boas causas. E continuaremos na defesa da região. Coerente com os princípios que sempre defendemos, manteremos desfraldada a bandeira de Antônio Prado e da região.

Cordiais saudações

FRANCISCO APPIO

(54)810.11222

Esta publicação está disponível em **www.appio.com.br** juntamente com outros 55 cadernos culturais. Capas nas próximas páginas.

PARLAMENTAR POR VINTE ANOS



Francisco Appio (Idivar Francisco Appio) exerceu cinco mandatos parlamentares, sendo quatro como deputado estadual e um como federal, onde obteve a seguinte votação: 1991-1994 (17.174); 1995-1998 (35.497); 1999-2002 (43.281); 2003-2006 (80.628) Federal; 2007-2010 (49.584), sempre no mesmo partido, PDS – PPR – PPB – PP.

Appio defendeu o projeto do deputado distrital e direcionou sua atuação parlamentar para aproximadamente 40 municípios da região Nordeste e Campos de Cima da Serra.

Priorizou recursos das emendas parlamentares que permitiram a construção de centros de eventos, parques esportivos, postos de saúde, equipamentos para hospitais, portais turísticos, sinalização, Casa da Maçã e Casa dos Renais Crônicos (Vacaria), recursos para APAE, sede de CTGs, Conchas Acústicas e Parques de Rodeios, CEDEDICA, patrulha agrícola e calçamento de ruas.

Também assegurou verbas para a pesquisa das águas, saúde bucal, Fazenda do Socorro através da UCS, qualificação da mão-de-obra UPF-Lagoa Vermelha e benefícios do vinho para a Fundação Zerbini, em São Paulo.

Entre seus projetos, destacou-se um avançado programa de Inclusão Digital. Através de suas Emendas Parlamentares foram priorizados laboratórios de informática nas Escolas Municipais da região.

Também criou salas virtuais com computadores conectados à Internet, para pesquisas e realização de trabalhos escolares, com o principal objetivo de levar mais conhecimento aos estudantes.

Desenvolveu o Projeto Esperança, com cursos profissionalizantes, entre eles eletricista, pintura e informática. Além do resgate da cidadania pela arte musical e cultura, com cinema nos bairros e troca-troca de livros. Também estimulou e apoiou o trabalho de prevenção à hepatite C e diabetes.

Seu trabalho de defesa dos caminhoneiros iniciou em 1980, com 30 anos de serviços prestados à classe, da defesa de seus direitos e, sobretudo, da segurança. Criador e coordenador do SOS Caminhoneiro, serviço gratuito de apoio aos motoristas.

Como coordenador da Frente Parlamentar Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágios debateu pontos polêmicos dos contratos, como o valor das tarifas e a revisão do modelo atual.

Promoveu ações pela cultura e procurou resgatar fatos e personagens da história regional, com a distribuição de mais de 500 mil exemplares, de pequenos livros e de ensaios biográficos. São 55 publicações, na forma de cadernos culturais, para a preservação da memória, além de promover 12 concursos literários.

Ajudou a fundar organizações voltadas para a saúde, como a ONG da Hepatite C. Abriu pousadas/albergues em Caxias do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre, posteriormente fechadas em respeito à legislação eleitoral.



Participou de várias CPIs, entre as quais a do Crime Organizado, da qual foi Relator, ação que contou com duas figuras de expressão nacional na sua força-tarefa, o atual chefe da Polícia Federal no país, delegado Luiz Fernando Correa e o promotor Mauro Renner. A CPI mostrou que Roubo de Cargas tem vinculação com o tráfico de drogas,

que o combate às drogas deve começar pela família e pela escola e que não foi o crime que se organizou, mas a sociedade que se desorganizou.

No mandato federal integrou a CPI dos Desmanches na Câmara Federal, CPI do Tráfico de Arma, destacando-se na Frente Parlamentar contra a proibição do comércio de armas.

No Estado integrou a CPI do Desperdício em 1992, CPI da Propina em 1993, CPI do Crime Organizado em 2000, CPI da Segurança Pública em 2001 e da CPI dos Pedágios em 2007.

Foi Secretário da Mesa da Assembleia e vice-presidente da Casa, tendo assumido várias vezes a presidência do parlamento. Foi líder de bancada e líder partidário. Presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. Integrou várias Comissões, entre elas da Agricultura, dos Serviços Públicos, do Mercosul, dos Direitos Humanos e a Comissão de Ética.

Em 1991 coordenou a mobilização regional, pela federalização da BR470 e da BR 285, que haviam sido estadualizadas pelo governo federal.

Na Câmara Federal integrou a Comissão de Viação e Transportes, onde defendeu recursos para a BR285, Vacaria/Divisa com SC, e a BR470, Lagoa Vermelha/Barracão.

Mas foi na Reforma do Estado em 1994-1998, que conseguiu aprovação com o governador Antonio Britto para doze projetos apresentados pelo prefeito de Vacaria, Enore Mezari, entre os quais o Aeroporto Regional de Cargas, ampliação da Barragem da Corsan, Casas Populares, Reformas de Escolas, Postos de Saúde e Ginásio de Esportes, inclusão de Esmeralda, Pinhal da Serra, Monte Alegre e outros 20 municípios da região no programa Nenhum Município sem Asfalto.

Destaque para a pavimentação da estrada Vacaria/Ipê/Antônio Prado, a RS 122. Ao assinar o financiamento junto ao Banco Mundial, Antonio Britto convidou Francisco Appio para assinar como testemunha em Washington.

Como deputado, Appio foi o autor da Lei que denominou a RS122, rodovia Synval Gyuazzelli. Autor de outras leis, denominando a Rota do Sol de Rodovia Euclides Triches; a Ponte Valdomiro Bocchese no Passo do Zeferino; a RS110, rodovia Deputado Júlio Redecker; e o trecho da RST126 (entre Sananduva e a BR285 em Lagoa Vermelha) como Rodovia Waldemar Menon.



Foi o autor da lei que incluiu a maçã e o suco de maçã na merenda escolar e, em conjunto com o deputado Jerônimo Goergen, a lei que criou "O corredor fitossanitário para a proteção da fruticultura".

Responsável, também, pela criação das leis que tratam do combate à criminalidade, uso racional dos telefones celulares, isenção de pedágios para veículos emplacados nas cidades sedes. Uma delas, a 12.876/2007, ganhou destaque nacional, conquistando o Prêmio nacional Mérito Legislativo, em 2008, no Senado Federal.

Agraciado com o título de cidadão por Vacaria, Antônio Prado (foto), Campestre, Bom Jesus, Muitos Capões, Esmeralda, Monte Alegre dos Campos e Pinhal da Serra.

Agraciado com medalhas e condecorações oficiais, entre outras:

- * Medalha do Mérito do Transportador Gaúcho.
- * Medalha Gran Cruz do Mérito Militar, concedida pelo Exército.
- * Medalha do Pacificador da Marinha
- * Medalha do Mérito Almirante Tamandaré da Marinha



Representou a Câmara Federal no Congresso contra o crime organizado e guerrilha na Colômbia, além de ter integrado a Missão Oficial ao Polo Sul, como observador do Congresso Nacional.

AÇÕES LEGISLATIVAS

O deputado Francisco Appio é o autor das Leis:

- 11.432/00 – Rodovia Rota do Sol Euclides Triches
- 11.451/00 – Cria COMUDES - Conselhos Municipais de Desenvolvimento
- 11.460/00 – Isenta de Pedágios as placas das cidades sedes.
- 11.476/00 – Desobriga aposentado a contribuir com mais 2%
- 11.818/02 – Obriga o cadastramento de aparelhos celulares
- 11.889/03 – Denomina a RS122 – Rodovia Synval Guazzelli
- 12.715/07 – Denomina 2007 como Ano Garibaldi
- 12.859/07 – Denomina Ponte Valdomiro Bocchese a Ponte do Zeferino
- 12.876/07 – Proíbe a ocultação do identificador de chamadas nos telefones
- 12.978/08 – Denomina a RS110 – Rodovia Deputado Júlio Redecker
- 13.369/10 – Inclui a maçã e suco na merenda escolar
- 13.491/10 – Institui o Corredor Fitossanitário

Autor da Emenda 32 À Constituição Estadual (Pec 119/2002) que autoriza a Queima Controlada de Pastagens (Promulgada Em 26/6/2002) sub júdice no STF.

SELO DIGITAL – O projeto de lei 125/2007, de adiamento do Selo Digital dos Cartórios, foi aprovado por 29 a 7, mas vetado pelo Executivo em 05/12/2007.

REDUÇÃO DO IPVA – O projeto reduzindo o IPVA dos automóveis de 5 para 3% e dos caminhões de 2 para 1%, foi incorporado ao projeto do Executivo.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

- PL 127/2007 – Isenção de Pedágios nas cidades sedes
- PL 386/2007 – Estadualização RS456 – Pinhal da Serra e Divisa RS/SC
- PL 384/2009 – Doações ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente
- PL 387/2009 – Denomina a Escola Afonso Marin – Santana/Antônio Prado
- PL 035/2010 – Institui o Dia Estadual do Fado
- PL 069/2010 – Inclui o Gado Franqueiro como Símbolo do Estado
- PL 133/2010 – Estende o FUNDOPEM-RS as Cooperativas
- PL 149/2010 – Torna obrigatória a presença de Corretor de Seguros
- PL 155/2010 – Denomina RS20 Cambará “Rodovia Armando Waldemar De Zorzi”
- PL 176/2010 – Denomina RS437 V.Flores/A. Prado “Rodovia Frei Rovílio Costa”
- PL 192/2010 – Denomina Term. Embarque do Aeroporto de Erechim Jairo Castro
- PL 201/2010 – Cria Serviço de Registro de Imóveis, Títulos/Documentos em Chuí
- PL 219/2010 – Institui o Cadastro Informativo de Jóias
- PL 222/2010 – Institui Dia Estadual do Tropeirismo (20 de abril)
- PL 242/2010 - Denomina a RS-461 “Rodovia Archimedes Almeida”.
- PL 257/2010 - Declara a “Fazenda do Socorro” como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul.



2010



2010



2010



2010



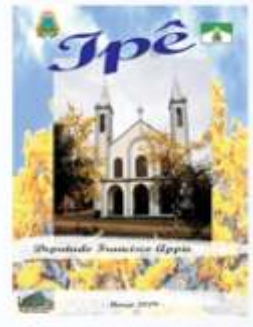
Antônio Prado
2010



2009



2009



2009



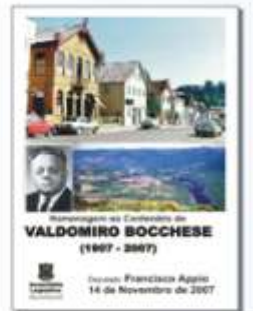
2009



2008



2007



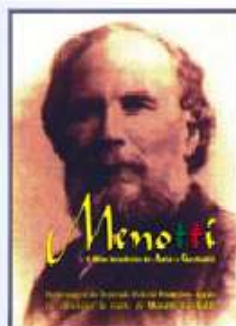
2007



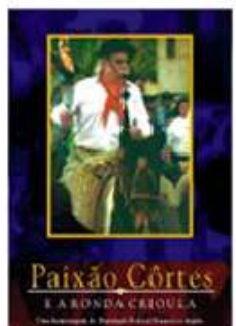
2006



2001



2003





Estado do Rio Grande do Sul
Assembleia Legislativa

O pesquisador Fernando Roveda entrega seu livro ao Papa Bento XVI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Praça Marechal Deodoro, 101 - 11º Andar - Sala 1105

Fone: (51) 3210-1180 Fax: (51) 3210-2536

E-mail: gab.franciscoappio@al.rs.gov.br